

Quem disse ?

«As relações com Angola não devem manter-se à custa da dignidade de Portugal»

Manuel Alegre
Expresso, 11 de Março

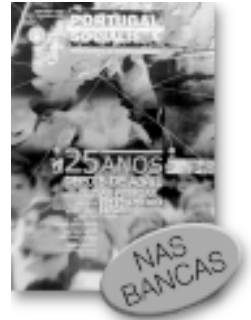
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1056 16 MARÇO 2000 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Votação final global no Parlamento

Orçamento de Estado aprovado pelo PS

A Assembleia da República aprovou ontem, em votação final global, o Orçamento de Estado para o ano 2000, com os votos a favor do Partido Socialista e com a abstenção do PP. Sem apresentar alternativas credíveis, o PSD optou pelo voto contra, alinhando com a bancada comunista que continua a procurar inviabilizar todos os orçamentos de Estado que sejam apresentados, mesmo que possuam uma forte componente em termos de justiça social, como foi o caso da proposta do Governo no corrente ano.

Ao longo do debate, o ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, voltou a realfirmar que o Orçamento de Estado é de transição, com elevada aposta nas despesas de investimentos sociais, mas recusou as propostas irrealistas dos comunistas e dos social-democratas.

Muito criticadas foram as intervenções da direita parlamentar - PSD e PP - contra o rendimento mínimo garantido. O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, Manuel dos Santos, apelou ao presidente do PP para não procurar evidenciar-se politicamente com críticas injustas ao rendimento mínimo garantido, enquanto que o secretário de Estado da Segurança Social, Vieira de Castro, garantiu que, ao contrário do que propaga Paulo Portas, a maioria dos beneficiários está longe de pertencer à faixa etária jovem. Entre os jovens que recebem rendimento mínimo garantido, segundo o mesmo membro do Governo, a maioria são mães solteiras.

Por outro lado, Vieira da Silva deixou bem claro que continuarão a ser aplicados os mesmos critérios na atribuição das prestações deste programa social, adiantando que a taxa de indeferimento de pedidos ronda já os 40 por cento do total de candidaturas. Com estas palavras, desmontou os ataques da direita contra hipotéticas situações generalizadas de fraude na obtenção do rendimento mínimo garantido.

Presidência portuguesa elogiada em Estrasburgo

Europa precisa de integração política

A tese de António Guterres

António Guterres, na qualidade de presidente em exercício da União Europeia, apresentou em Estrasburgo os objectivos do Conselho Europeu extraordinário de Lisboa, que será dedicado aos temas do emprego e da sociedade de informação. Por esta iniciativa, vários eurodeputados elogiaram o papel que está a ser desempenhado pela presidência portuguesa. No seu discurso, António Guterres identificou os principais passos para que a União Europeia possa concorrer com os Estados Unidos na liderança da economia mundial.



Sociedade & País

Novo programa comunitário Aposta destemida nos jovens



O Conselho da União Europeia, o Parlamento Europeu e o Comité de Conciliação, co-presidido pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, e pelo vice-presidente do Parlamento Europeu, Renzo Imbeni, aprovaram no passado dia 29 de Fevereiro, depois de dois anos de «difíceis negociações» o Programa Juventude. A proposta passou por dois anos de difíceis negociações, sendo aprovada pelo um novo programa de acção comunitário no domínio da Juventude com o título Programa Juventude.

Sociedade & País

Sobrelotação de prisões Incremento das penas alternativas



O ministro da Justiça, António Costa, defendeu, no dia 10, em Faro, o incremento das penas alternativas à prisão, realçando que Portugal continua a ser o país com a taxa mais alta de encarceramento da Europa. António Costa, que falava após uma visita à Directoria de Faro da Polícia Judiciária (PJ), pronunciava-se a propósito do aumento de capacidade dos estabelecimentos prisionais, cuja meta estabelecida, mas ainda não alcançada, é de 15 mil detidos.



III QCA aprovado

Foi aprovado na terça-feira, em Estrasburgo, o novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para Portugal, que prevê 4,117 mil milhões de contos de ajudas ao desenvolvimento, até 2006.

O QCA português, que foi o primeiro a ser aprovado por Bruxelas, tem como objectivo geral superar, no espaço de uma geração, os atrasos estruturais que separam Portugal do resto dos países do centro da Europa. Este é o terceiro QCA desde a adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia e contém a maior parte das intervenções dos Fundos Estruturais comunitários nos programas e projectos de investimentos destinados a aproximar Portugal do nível médio de desenvolvimento e riqueza da União Europeia (UE).

Este terceiro QCA prevê, até 2006, investimentos globais de cerca de 8,460 mil milhões de contos, dos quais 4,117 mil milhões pagos pelos fundos estruturais comunitários, 2,460 mil milhões pelo Orçamento de Estado (OE) português e 1,885 mil milhões pela iniciativa privada. Portugal terá ainda acesso a financiamentos, a fundo perdido, do Fundo de Coesão, no montante de 661 milhões de contos, para projectos nos domínios dos transportes e ambiente. Recorde-se que os apoios comunitários são provenientes do FEDER/infra-estruturas e desenvolvimento regional (2,666 mil milhões de contos), do Fundo Social Europeu/formação profissional (946 milhões de contos), do FEOGA-orientação agrícola (458 milhões) e do IFOP/pescas (47 milhões de contos).

O Quadro Comunitário de Apoio, aprovado anteontem, assenta em quatro grandes eixos de intervenção: (1) elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social; (2) promover a competitividade e estimular a inovação; (3) continuar a interligação do país com uma rede de infraestruturas de base; (4) promover o desenvolvimento equilibrado das regiões e a coesão nacional.

Neste novo quadro é ainda consagrada a perda gradual de apoios comunitários estruturais pela região de Lisboa e Vale do Tejo, dado que deixou de figurar entre as regiões mais carenciadas da União Europeia, por ter ultrapassado o «limiar de pobreza» definido para as regiões europeias (rendimento por habitante igual ou inferior a 75 por cento do médio na União).

A região de Lisboa e Vale do Tejo entra assim no chamado «regime de transição», com uma redução gradual (*fasing-out*) das ajudas estruturais comunitárias.

O Quadro Comunitário de Apoio, agora aprovado, irá ser assinado em Lisboa na presença do primeiro-ministro, António Guterres, e da ministra do Planeamento, Elisa Ferreira, no final deste mês, numa cerimónia que contará com a presença do comissário europeu responsável pela Política Regional, Michel Barnier.

Jorge Sampaio confirma disponibilidade para segundo mandato

O camarada Jorge Sampaio disse na passada quinta-feira, dia 9, no «Jornal da Noite», da SIC, que «se amanhã terminasse o prazo para entrega de candidaturas» à Presidência da República «era candidato», reafirmando a sua «disponibilidade» para um segundo mandato. Entrevistado no dia em que passavam exactamente quatro anos desde a data em que foi empossado chefe de Estado, Sampaio acrescentou: «Só que falta um ano para terminar o mandato e não há nenhuma razão para antecipar uma decisão».



Cheias em Moçambique Primeira-dama lança apelo a reforço das ajudas

A mulher do Presidente da República afirmou, no dia 10, em Lisboa, ser indispensável que a ajuda humanitária possa ser canalizada directamente para as populações moçambicanas afectadas nas últimas semanas pelo mau tempo. Maria José Ritta desloca-se a Moçambique no final deste mês e reunirá-se sexta-feira com representantes de 17 organizações não governamentais (ONG) para garantir novos apoios e articular a sua acção no terreno. «É indispensável que os apoios possam ser canalizados para as populações», disse Maria José Ritta, para o que sensibilizou quinta-feira vários dos

empresários portugueses instalados em Moçambique a maximizar as suas estruturas logísticas. A primeira-dama manifestou ainda a preocupação de evitar duplicações e desperdícios na ajuda nacional a Moçambique, pois há «poucos recursos». A mulher do Presidente da República - que também vai a Moçambique em Julho, para participar na Cimeira dos Chefes de Estado da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) -, sublinhou também a vontade de envolver parceiros nacionais na chamada «fase três» (de reconstrução) do apoio humanitário aos moçambicanos.

Disposto a avançar com queixa-crime João Soares exige pedido de desculpas do governo angolano

O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o camarada João Soares, vai escrever cartas aos ministros angolanos da Justiça e da Informação, alertando que, se não houver um pedido de desculpas pelas acusações que lhe foram feitas, vai apresentar queixa-crime com componente cível. Segundo a sua advogada, Ana Merelo Furtado dos Santos, está a ser dado um compasso de espera para que seja apresentado um pedido de desculpas por parte do Governo ou do ministro angolano, Vaal Neto, que o caluniou, assim como ao ex-Presidente da República e fundador do Partido Socialista, Mário Soares. Em conferência de imprensa realizada segunda-feira na Câmara Municipal de Lisboa, João Soares afirmou que pretende apresentar queixas-crime, em Angola e em Portugal, contra o ministro angolano da Informação, embora admita não avançar com esse processo caso ele faça um pedido de desculpas. Neste sentido, o

presidente da Câmara Municipal de Lisboa referiu a sua intenção de se deslocar a Angola para apresentar uma queixa nos tribunais angolanos e afirmou também ser sua intenção falar com o ministro da Justiça de Angola, Paulo Tchilpilica, ex-dirigente da UNITA. Segundo a advogada Ana Merelo, vão ser pedidos vistos de entrada em Angola para João Soares e já estão a ser redigidas as cartas a alertar os dois governantes em angolanos, caso não haja um pedido de desculpas. A advogada de João Soares frisou que a aceitação de um pedido de desculpas está prevista juridicamente. As missivas vão ser endereçadas por João Soares na qualidade de cidadão para cidadãos. Como sublinhou o camarada João Soares, a queixa-crime - caso não lhe peçam perdão - deverá ser formalizada em meados de Abril. «O dia 25 de Abril seria uma data bonita», declarou.



GOVERNO DE THATCHER SERVE OS PODEROSOS, OS GRANDES CAPITALISTAS

O «Acção Socialista», edição de 18 de Março de 1982, tinha uma página dedicada às mulheres socialistas. Nessa página, a oito, a notícia em destaque era uma intervenção da camarada Beatriz Cal Brandão, na Assembleia da República, a propósito do Dia Internacional da Mulher. «Torna-se necessário lutar pela consciencialização das mulheres a respeito dos direitos constitucionais ao planeamento familiar e, sobretudo, pela criação de iguais condições sociais para todas elas», afirmava Beatriz Cal Brandão. O grande destaque da primeira página ia para um grande comício realizado pelo PS em Santarém, em que intervieram, entre outros, os camaradas António Reis, Manuel Alegre e Jaime Gama. Nota dominante nos discursos, as críticas ao Governo da AD e ao seu projecto liberal-conservador, incapaz de dar resposta à crise económica em que o País se encontrava mergulhado.

J. C. CASTELO BRANCO

18 de Março

Quem disse?

«A atitude da senhora Thatcher serve os poderosos, os grandes capitalistas»

Manuel Alegre



ESTRASBURGO

Presidência portuguesa elogiada

EUROPA PRECISA DE INTEGRAÇÃO POLÍTICA - A TESE DE ANTÓNIO GUTERRES

António Guterres, na qualidade de presidente em exercício da União Europeia, apresentou em Estrasburgo os objectivos do Conselho Europeu extraordinário de Lisboa, que será dedicado aos temas do emprego e da sociedade de informação. Por esta iniciativa, vários eurodeputados elogiaram o papel que está a ser desempenhado pela presidência portuguesa. No seu discurso, António Guterres identificou os principais passos para que a União Europeia possa concorrer com os Estados Unidos na liderança da economia mundial. Para o primeiro-ministro, a União Europeia precisa de maior aprofundamento ao nível da integração política, de mais estratégia e de melhor coordenação entre os Quinze Estados-membros. Depois de defender reformas para a inovação e para uma maior competitividade na Europa, o chefe do Governo lembrou o carácter irreversível do fenómeno da globalização.



O presidente em exercício da União Europeia e secretário-geral do PS, António Guterres, apontou segunda-feira, no Parlamento de Estrasburgo, «o défice de coordenação» entre os Quinze Estados-membros como um dos principais obstáculos a vencer pela Europa para que possa retomar a «liderança da economia mundial». Para o primeiro-ministro, que falava numa sessão do Parlamento Europeu, a Europa enfrenta o «novo paradigma da sociedade do conhecimento com três défices que é necessário enfrentar a curto prazo: político, estratégico e de coordenação das suas políticas. É que, segundo o chefe do Governo, se a Europa vive hoje «um momento de retoma económica e de optimismo, será também verdade que é bom não ter ilusões», já que o continente «continua a enfrentar fortes problemas de desemprego, de exclusão social», factores em relação aos quais muitos observadores «apontam riscos de sustentabilidade para o nosso modelo social europeu».

No mesmo discurso de apresentação dos principais objectivos da cimeira europeia de Lisboa, o primeiro-ministro afirmou que todos estes fenómenos ocorrem, «quando, simultaneamente, é necessário enfrentar os desafios da globalização das economias e dos mercados, da rapidez das mutações tecnológicas e do envelhecimento da sua própria população. É por isso natural que surjam actualmente na sociedade europeia dois receios: o de estar a perder irreversivelmente para os Estados Unidos da América a liderança da economia

mundial e o de que para recuperar essa liderança a Europa possa ter que ser posto em causa o seu próprio modelo social e deixar agravar no seu interior a exclusão social», observou o presidente em exercício da União Europeia.

Face a estes receios comuns a muitos cidadãos europeus, o chefe do Governo adiantou ser necessário aprofundar o processo de integração europeia política – «a Europa não é só um país, é um conjunto de quinze países» -, por um lado, e suprimir o défice estratégico da União Europeia, por outro lado. «Precisamos de uma estratégia com quatro pilares: criar bases para uma economia do conhecimento e uma sociedade da informação à escala da nossa União; realizar as reformas económicas necessárias para a competitividade e para a inovação, mas, ao mesmo tempo, apostar na coesão social, criar emprego e modernizar os sistemas de protecção social», acrescentou o primeiro-ministro.

Apostar na inovação e competitividade

De acordo com António Guterres, a par da criação de uma «sociedade educativa» e de uma aposta no comércio electrónico, são depois também necessárias «reformas económicas para a inovação e para a competitividade», integrando os mercados

financeiros e apostando na criação de condições para um verdadeiro mercado de capitais para apoiar as pequenas empresas que nascem com base em tecnologias de futuro».

Por fim, na perspectiva do primeiro-ministro, urge combater a exclusão social, através da promoção da coesão social, da modernização dos sistemas de protecção social e por via de políticas macroeconómicas ao serviço do crescimento e do emprego. «Fomos capazes de coordenar as nossas políticas macroeconómicas para garantir a estabilidade com base na qual se lançou o euro. Temos agora que garantir que a mesma estabilidade é posta ao serviço de um ambiente económico mais favorável à criação de emprego e ao crescimento económico. Era desejável que a Europa pudesse conseguir sustentadamente um nível de crescimento económico superior a três por cento e uma taxa de emprego acima dos 70 por cento», adiantou o secretário-geral do PS no período final da sua intervenção.

Fundos europeus aprovados

Num debate em que António Guterres fez a apologia da sociedade e do modelo social europeu, a presidência portuguesa da União Europeia ouviu elogios generalizados dos eurodeputados à iniciativa de se realizar uma cimeira do emprego. A primeira pergunta dirigida ao primeiro-ministro partiu do presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, que manifestou esperanças de que da cimeira de Lisboa «possam sair propostas concretas» em áreas como a promoção da sociedade de informação na Europa, ou a criação de emprego.

A única crítica, como não podia deixar de ser, partiu do PSD, por via de Pacheco Pereira, mas em relação às quais o chefe do Governo respondeu, sublinhando que «os problemas do emprego na economia anterior resolvem-se com os instrumentos da nova economia. Depois, também o eurodeputado socialista, António José Seguro, preferiu valorizar a «seriedade do debate sobre aquilo que está em causa» do que «a espuma daqueles que procuram ter impacto na comunicação social. Excepção feita a um deputado, todos estiveram aqui numa atitude construtiva de seriedade, de quem olha para este exercício com um grau de exigência», declarou António José Seguro numa referência às atitudes de Pacheco Pereira.

Entretanto, na terça-feira, a União Europeia aprovou o novo Quadro Comunitário de Apoio para Portugal, que prevê 4,117 mil milhões de contos de ajudas de desenvolvimento do país, entre 2000 e 2006. O Quadro Comunitário de Apoio português foi o primeiro a ser aprovado por Bruxelas e contém a maior parte das intervenções dos fundos estruturais comunitários nos programas e projectos de investimentos destinado a aproximar o país do nível médio de riqueza da União Europeia. Portugal terá ainda acesso a financiamentos, a fundo perdido, do fundo de coesão, no montante de 661 milhões de contos, para projectos nos domínios dos transportes e ambiente. Até 2006, os investimentos globais atingirão cerca de 8,460 mil milhões de contos, dos quais 4,117 mil milhões pagos pelos fundos estruturais comunitários, 2,6460 mil milhões pelo Orçamento de Estado português e 1,885 mil milhões pela iniciativa privada. Com a aprovação do Quadro Comunitário de Apoio de Portugal, a Comissão Europeia e o Governo pretendem ter como objectivo geral superar, no quadro de uma geração, os atrasos estruturais os atrasos que separam Portugal dos países europeus mais desenvolvidos. Este terceiro Quadro Comunitário de Apoio prevê ainda quatro grandes eixos de intervenção: elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social; promover a competitividade e estimular a inovação; continuar a interligação do país com uma rede de infra-estruturas de base; promover o desenvolvimento equilibrado das regiões e a coesão nacional.

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro adjunto e da Administração Interna, Fernando Gomes, anunciou, no dia 10, em Paredes de Coura, que o Executivo socialista vai reforçar as competências das autarquias, nomeadamente nas áreas da Educação e da Saúde.



«Vamos formalizar com a Associação Nacional de Municípios o primeiro conjunto de medidas, que deve estar pronto até Setembro, para que o Orçamento de Estado de 2001 já o acolha», frisou.

O governante referiu-se, concretamente, à Educação e à Saúde, «onde o trabalho está pronto para que muitas competências nessas áreas passem do poder central para o poder local», segundo disse.

No campo da Educação, Fernando Gomes adiantou que o Governo vai alargar as competências dos municípios, que actualmente só tutelam as escolas primárias e do 1º ciclo do ensino básico. Futuramente vão passar a cobrir todos os estabelecimentos até ao 9º ano de escolaridade.

Quanto ao sector da Saúde, os municípios passarão a ter competências, nomeadamente, na construção e manutenção de Centros de Saúde.

«Sei que esta transferência de competências não vai ser fácil, que a luta não vai ser pacífica no seio do Governo, porque a Administração Central fecha-se muito sobre si própria e quer guardar até às últimas as suas competências», declarou Fernando Gomes, acrescentando: «No entanto, tenho a certeza que os meus colegas acabarão por reconhecer esta necessidade urgente».

O ministro da Administração Interna garantiu ainda que os critérios da distribuição de verbas ao abrigo da Lei das Finanças Locais «estão a ser corrigidos», dotando os municípios mais pequenos de uma compensação adicional, para a correcção das assimetrias regionais.

AGRICULTURA

A ausência de precipitação nos últimos meses preocupa o ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, mas a

situação ainda não pode ser considerado como de «seca».

Capoulas Santos, que presidiu à cerimónia de apresentação da campanha comunitária de promoção do azeite, defendeu na sexta-feira, dia 10, em Lisboa, que não deve haver alarmismo, pois o 2000 ainda não pode ser considerado como ano de seca. No entanto, «mais vale prevenir», sempre vai acrescentando.



Neste sentido, o governante constituiu um Grupo de Acompanhamento, reunindo alguns organismos ministeriais, para proceder ao levantamento da situação e quantificar os efeitos que os factores climáticos poderão ter na actividade agrícola na presente campanha.

O grupo vai igualmente equacionar as medidas a adoptar, «se tal vier a ser necessário», por exemplo, no que respeita à salvaguarda do gado, mas também relativamente às regras comunitárias para apoios, que podem ser atribuídos mesmo com perda das colheitas, ou a mecanismos que podem ser accionados na área seguradora.

«Devemos estar prevenidos», faz questão de salientar o ministro da Agricultura, acrescentando que, se prosseguir a falta de precipitação registada nos últimos quatro meses, podem ocorrer «sérios problemas nas culturas de Outono-Inverno e nas de Primavera».

AMBIENTE

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, José Sócrates, anunciou, sexta-feira, dia 10, em Portalegre, que dentro de ano e meio todas as lixeiras existentes em Portugal estarão encerradas.

Sócrates falava aos jornalistas durante uma visita às obras finais de construção do Aterro Intermunicipal de Avis, que servirá os concelhos de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Pontede Sôr e Sousel, no distrito de Portalegre.

O aterro entra em funcionamento esta semana e a visita do ministro pretendeu dar início ao processo de encerramento das 26 lixeiras existentes no Norte Alentejano.

José Sócrates referiu que, nos últimos quatro anos, o Governo investiu mais de 80 milhões de contos no encerramento de

240 lixeiras e indicou que ainda falta encerrar mais 83 e construir sete aterros.

«Trata-se de um esforço muito grande, mas o País tem que tratar os seus resíduos, porque temos que deixar de ser o país das lixeiras», disse.

Antes do aterro de Avis, o governante visitou a Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos de Ponte de Sôr, na freguesia de Vale de Açor.



Por outro lado, o titular da pasta do Ambiente e do Ordenamento do Território garantiu que, se a Comissão Científica Independente der um parecer desfavorável à co-incineração em Portugal, o Executivo deixará de pensar no assunto e procurará outra solução.

CIÊNCIA

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, participou, nos dias 13 e 14, em Castelo Branco, num conjunto de eventos destinados a promover a sociedade de informação.



A iniciativa «Castelo Branco Digital» representa um investimento total de 217 mil contos e insere-se no Programa Cidades Digitais, criado pelo Executivo socialista através do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), no quadro da Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação.

O Programa Cidades Digitais tem como objectivo mobilizar e generalizar na sociedade os instrumentos, técnicas e modos de organização da informação e comunicação tornados possíveis pelas

tecnologias de informação (TI).

Assim, são oito os projectos aprovados no âmbito do Castelo Branco Digital. O «Internet na Escola» pretende ligar todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico do distrito à rede, através da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade (RCTS), para permitir o contacto directo de alunos e professores com as TI.

A partir da matéria noticiosa disponibilizada por emissoras de rádios e jornais locais, o projecto «Castelo Branco - Média Digitais» vai disponibilizar *on line* um património de informação multimédia sobre a região.

Estimular a comunidade empresarial da região é o objectivo do «NETCOM - O Comércio e a Internet», através do qual será instalado um servidor específico e um site na Internet, onde os empresários envolvidos poderão transaccionar os seus produtos e serviços por comércio electrónico.

Na área da saúde, o «INFO - HAL» vai disponibilizar informação útil aos utentes, em locais públicos, e um projecto na área da Telemedicina vai permitir aos utentes de Castelo Branco o acesso a cuidados médicos e meios de diagnóstico tecnologicamente avançados.

CULTURA

A secretária de Estado da Cultura, Catarina Vaz Pinto, esteve presente, no passado dia 13, nos jardins do Museu de Arte Antiga, para assistir à assinatura de um protocolo de mecenato entre o Instituto Português de Museus (IPM) e a EDP, Electricidade de Portugal.

Este protocolo tem a duração de três anos (de 2000 a 2003) e prevê a doação mecenática, da EDP ao Museu de Arte Antiga, de 75 mil contos.

No dia 11, Catarina Vaz Pinto, assistiu, no Grande Auditório da Culturgest, em Lisboa à exibição do filme «Maria do Mar, de J. Leitão Barros, numa versão restaurada pela Cinemateca Portuguesa. Esta versão tem nova partitura composta por Bernardo Sasseti e foi executada ao vivo por uma orquestra de 15 elementos, sob direcção do maestro vasco Pearce de Azevedo, sendo acompanhada pelos solistas Filipa Pais (voz) e Bernardo Sasseti (piano).

Este evento inseriu-se no programa do Seminário da Cinemateca Portuguesa sobre «Estados Gerais do património Cinematográfico - 100 anos de imagens a salvar para o futuro», no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

EDUCAÇÃO

O Ministro da Educação, Guilherme d'Oliveira Martins presidiu, no dia 10, em Vila do Conde, à sessão de encerramento do III Encontro Nacional de Professores do 1º ciclo.

O encontro decorreu no Auditório Municipal, sendo da responsabilidade da Associação de Professores de Matemática e contando com a colaboração do Agrupamento de Escolas de Caxinas.

PELO PAÍS

Governança Aberta

Subordinado ao tema «As competências em Matemática na Educação Básica», este encontro criou um espaço de partilha e debate sobre o ensino e aprendizagem de uma das disciplinas mais mistificadas do ensino no 1º ciclo.

FINANÇAS E ECONOMIA

O ministro das Finanças e da Economia, Pina Moura, recebeu, na passada quinta-feira, dia 9, em Lisboa, o prémio «Personalidade do Ano nas Relações Económicas Luso-Brasileiras», promovido pela Câmara do Comércio Luso-Brasileira.



O galardão, criado especialmente por ocasião das comemorações dos 500 anos da Descoberta do Brasil, foi entregue durante um almoço que contou com a presença do Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso e do primeiro ministro português, António Guterres.

JUSTIÇA

O ministro da Justiça, António Costa, anunciou para breve a criação da Direcção-Geral da Administração Extra-Judicial, destinada a superintender os conflitos de consumo e os centros arbitrais existentes à margem dos tribunais convencionais.



Falando quinta-feira, dia 9, em Faro, durante a assinatura do protocolo que criou o Centro de Informação, Mediação e Arbitragem do Algarve (CIMA), António Costa sublinhou a importância daquele tipo de Justiça para mediar e dirimir

conflitos entre os cidadãos.

«A maior parte das vezes esses conflitos não dariam entrada nos tribunais, pois trata-se de casos que se perdem na capacidade de absorção do incómodo que todos temos, pelo que nunca chegariam a ser tratados pela Justiça», afirmou.

Fazendo eco de uma reunião de ministros da Justiça europeus, realizada há sensivelmente duas semanas, em Lisboa, o responsável governamental releveu a importância da administração daquele tipo de Justiça.

«Não só em matéria de direito de consumo, mas também de problemas laborais, profissionais e familiares, assuntos que exigem que se encontrem formas ágeis de administração da Justiça», salientou.

Assim, revelou António Costa, atendendo à dimensão que os centros de arbitragem vêm adquirindo, o Executivo decidiu criar a Direcção-Geral da Administração Extra-Judicial, aliviando desta forma a acção da já existente Direcção-Geral dos Serviços Judiciais.

«Não quer dizer que a Justiça clássica seja uma área a que se dê menos atenção. Pelo contrário, temos que nos esforçar para a tornar mais célere e próxima do cidadão», disse o ministro, asseverando que a criação de centros de arbitragem de conflitos ajuda a aliviar os tribunais.

SEGURANÇA SOCIAL

O secretário de Estado da Segurança Social, Vieira da Silva, defendeu, no dia 9, em Portimão, a necessidade das empresas aderirem ao processo de entrega de folhas de remuneração dos trabalhadores em suporte magnético ou via Internet.

Falando no final de uma visita à Loja da Solidariedade e Segurança Social de Portimão, Vieira da Silva sublinhou que o novo processo de tratamento de dados, através da transferência electrónica de informação, simplifica e aumenta a operacionalidade dos serviços.

«A entrega de papéis, guias de pagamento e folhas de remuneração dos trabalhadores, um processo moroso, complicado e sujeito a erros, pode ser simplificado através da transferência electrónica da informação», sublinhou. Segundo o governante, o Centro Regional de Segurança Social (CRSS) do Algarve tem já uma grande percentagem de empresas contribuintes a «comunicar» através das novas tecnologias.

«Estamos a viver um processo que não é só de renovação. Em alguns aspectos pode-se falar mesmo de revolução na forma de relacionamento com os vários níveis da sociedade», disse o secretário de Estado, sublinhando que a administração pública tem de acompanhar esse movimento.

Contudo, Vieira da Silva admitiu que ao nível da Segurança Social o processo é «muito complexo», por trabalhar com bases de dados muito volumosas, o que obriga a grandes investimentos para acompanhar a evolução tecnológica.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 9 de Março

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei que define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade;
- Um decreto-lei que cria uma linha de crédito destinada à aquisição de batata de consumo produzida na campanha de 1998/1999, por forma a assegurar o normal escoamento da produção;
- Uma resolução que autoriza a República Portuguesa a participar no quinto aumento do capital social autorizado do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);
- Uma resolução que declara a caducidade dos incentivos fiscais concedidos pela resolução do Conselho de Ministros n.º 75/95, de 13 de Julho, no âmbito do Contrato de Investimento celebrado, em 21 de Julho de 1995, entre o Estado Português, representado pelo ICEP – Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal e as empresas Texas Instruments Incorporated, Sansung Electronics Company, Ltd, Texas, Instruments France, SA, Texas Instrument Holand, BV e Texas Instruments Sansung, Electrónica (Portugal) Lda;
- Um decreto-lei que aprova a nova lei orgânica da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;
- Uma resolução que aprova as minutas do aditamento ao contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português e a Lear Corporation, a Lear Investments Company, LLC e a Lear Corporation Portugal – Componentes para Automóveis, Lda para a criação de uma ou mais unidades industriais, tecnologicamente avançadas, para o fabrico de coberturas para assentos de automóveis ou outros similares;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Bulgária, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Eslovaca, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Hungria, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a República da Polónia, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Uma proposta de resolução que aprova, para ratificação, o protocolo que adapta os aspectos institucionais do Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-membros, por um lado, e a Roménia, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Áustria, da República da Finlândia e do Reino da Suécia à União Europeia;
- Uma resolução que atribui uma verba à Associação 25 de Abril, destinada a minorar os encargos e esforço financeiro decorrentes da exposição «Liberdade e Cidadania 100 anos Portugueses»;
- Uma proposta de lei que regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e alarga as situações de voto antecipado, alterando o decreto-lei n.º 319-A/79, de 3 de Maio.



DESTAQUE – CM

Segurança social

ALTERADA PROTECÇÃO DA MATERNIDADE E PATERNIDADE

O Executivo socialista deu luz verde, no passado dia 9, em Lisboa, a um decreto-lei que altera a legislação que define o quadro da protecção social do regime geral da segurança social decorrente da lei da protecção da maternidade e da paternidade. Este diploma procede à redefinição e adaptação do quadro legal da protecção social dos beneficiários do regime geral da segurança social, em função dos novos direitos que aos mesmos foram conferidos pela Lei n.º 142/99, de 31 de Agosto, em matéria de protecção da maternidade e da paternidade.

Assim, alarga-se o regime de protecção social às novas situações de licença de paternidade subsequente ao nascimento, de licença parental e de faltas especiais dos avós, em consequência do que se definem novas modalidades de prestações – subsídios por licença parental e por faltas



especiais dos avós – fixando-se, de igual modo, os respectivos montantes diários.

Constituindo princípio geral observado no âmbito da segurança social que os períodos em que haja lugar a atribuição de subsídios, de natureza substitutiva de rendimentos do trabalho, determinam o registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições, consagra-se tal princípio neste diploma, indo além do que decorre estritamente da letra da lei da protecção da maternidade e na paternidade.

Ficam assim igualmente abrangidas por este princípio a licença parental de 15 dias a gozar pelo pai imediatamente a seguir à licença por maternidade ou por paternidade e a licença especial para assistência a deficientes profundos e a doentes crónicos.

Por último, procede-se à adequação dos meios de prova ao novo direito concedido às mães de licença, anterior ao parto, no caso de risco clínico para a trabalhadora ou para o nascituro.

PORTUGAL SOCIALISTA



25 anos depois de Abril

As pessoas em primeiro lugar

NAS BANCAS

Próxima Edição
SOCIALISTAS NO MUNDO

DESTAQUE – CM

Agricultura 98/99

LINHA DE CRÉDITO PARA COMPRA DE BATATA DE CONSUMO

O Conselho de Ministros aprovou na generalidade, no dia 9, um decreto-lei, que cria uma linha de crédito destinada à aquisição de batata de consumo produzida na campanha de 1998/1999, por forma a assegurar o normal escoamento da produção.

Recorde-se que campanha agrícola de 1998/1999 caracterizou-se por um anormal volume de produção de batata com as inevitáveis consequências nos preços pagos aos produtores.

Apesar dos esforços do Executivo traduzidos em várias medidas de apoio à armazenagem

e comercialização de batata e da colaboração manifestada por algumas grandes superfícies comerciais no escoamento deste produto, persistem ainda excedentes de produção em algumas zonas do País.

Neste contexto, procede-se à instituição de uma linha de crédito até dois milhões de contos, bonificada a 65 por cento e destinada às cooperativas, agrupamentos, outras organizações de produtores e armazenistas distribuidores que adquiram à produção batata de consumo da campanha de 98/99 ao preço mínimo de 25 escudos por quilograma.

DESTAQUE – CM

Investimento

PORTUGAL PARTICIPA EM AUMENTO DE CAPITAL DO BAD

O Conselho de Ministro aprovou, na passada quinta-feira, dia 9, uma resolução que autoriza a República Portuguesa a participar no quinto aumento do capital social autorizado do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O nosso país é membro do BAD desde 1983, tendo, até ao momento, efectuado subscrições de capital desta instituição no valor de 30,24 milhões de Unidades de Conta do BAD (BUA).

Na qualidade de membro, Portugal votou favoravelmente a resolução do Conselho

de Governadores do BAD sobre o quinto aumento geral de capital do BAD (BAD-V), devendo efectuar uma subscrição de 1 875 acções, com o valor nominal de dez mil BUA cada, perfazendo o total de 18,75 milhões de BUA.

Do total de acções a subscrever, 1 762 acções constituem capital exigível e 113 acções são capital realizável.

O pagamento do capital realizável deverá ser efectuado em numerário, em euros, em oito prestações anuais iguais, no valor de 184 722,5 euros cada.

BRUXELAS

PE

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS SOLIDÁRIOS COM MÁRIO SOARES

O Grupo Socialista do Parlamento Europeu (PE) «exige que o Governo angolano retire as graves acusações e ataques formulados contra o ex-Presidente de Portugal Mário Soares».

Num comunicado divulgado no dia 9, em Bruxelas, os eurodeputados socialistas europeus «rejeitam esta campanha de difamação formulada pelo ministro Vaal Neto e exigem energicamente do Governo angolano uma rectificação imediata das calúnias contra Soares e uma desculpa formal pelo prejuízo que estas possam ter causado».

No documento, que foi aprovado por unanimidade numa reunião do grupo socialista, o segundo maior do PE, as declarações de Vaal Neto são ainda consideradas como um «ataque inaceitável».

Na reunião, coube ao presidente da delegação dos socialistas portugueses, António José Seguro, fazer a defesa do também eurodeputado Mário Soares e



repudiar as declarações do Governo angolano.

Na origem da polémica está a acusação feita publicamente ao ex-Presidente da

República portuguesa pelo ministro da Informação do Governo do MPLA, na sequência de uma intervenção feita por Mário Soares num debate na última

sessão plenária do Parlamento Europeu. No debate que antecedeu a aprovação de uma resolução (posição oficial) comum do PE sobre os atentados à liberdade de imprensa levados a cabo pelo Governo de Luanda, Mário Soares interveio para caracterizar o regime de Angola.

Regime de corrupção

O ex-Presidente da República portuguesa sublinhou, então, que Angola «não é um Estado de Direito», mas sim «uma ditadura repressiva» que beneficia do «silêncio suspeito das grandes potências».

Um silêncio que, notou, «apenas beneficia um regime de corrupção, de violência e de guerra».

Em resposta, o regime angolano, pela voz do ministro da Comunicação Social, acusou Mário Soares e o filho, João Soares, de serem beneficiários do tráfico ilícito de diamantes e marfim feito pela UNITA de Jonas Savimbi.

GENEVBRA

OIT considera

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NOS «MEDIA» DÁ MAIS POSSIBILIDADES ÀS MULHERES

A revolução tecnológica nos órgãos de Comunicação Social está a proporcionar cada vez mais oportunidades profissionais às mulheres, que se encontram entre os primeiros beneficiários do auge do novo mercado de trabalho neste sector. Segundo um documento elaborado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), a revolução *on-line* nos meios de Comunicação e a indústria do ócio está a mudar o modo de trabalho dos jornalistas e obriga a rever os padrões de emprego e a distribuição por sexo dos trabalhadores. Os principais resultados do documento referem, por um lado, que as mulheres estão a beneficiar da tecnologia da informação, e por outra, que existe equilíbrio entre a quantidade de pessoal fixo e jornalistas que trabalham por sua conta (*free-lance*) nos órgãos de Comunicação. Apesar deste panorama optimista para as mulheres, o estudo da OIT não diz se as novas tecnologias da informação criam ou anulam postos de trabalho nos meios de comunicação ou do espectáculo.

Ninguém está em condições de dar uma resposta definitiva a esta questão, pois ao serem examinadas as estatísticas sobre a evolução do emprego nos últimos anos resulta impossível separar os factores de ordem tecnológica dos de outra índole, já que as previsões se baseiam em meras



hipóteses.

No entanto, os grandes avanços tecnológicos e, em especial o desenvolvimento dos canais de distribuição, provocaram em muitos países um crescimento enorme da oferta de emprego para algumas categorias de trabalhadores, especialmente para quem cria conteúdos nestas indústrias.

A revolução tecnológica pressupõe um excesso de informação que parece ter-se

transformado num grande risco profissional para os jornalistas a tempo inteiro.

Dado que as tecnologias da informação e a comunicação permitem aos jornalistas trabalhar mais rápido, existe uma maior expectativa no aumento da produção, salienta o texto da OIT.

O facto do crescimento da Internet e outras ferramentas de informação terem eliminado muitos postos de trabalho

tradicionais e alterado as suas estruturas, especialmente nos diários, existe uma crescente procura daqueles trabalhadores que possam transmitir conhecimentos de redacção e criatividade para um maior número de formatos técnicos.

Tecnologia eliminou muitos postos de trabalho

Apesar das numerosas oportunidades oferecidas, o emprego nos meios de impressão está em franco declive, pois a tecnologia já eliminou muitos postos de trabalho na sua maior parte em tipografias e no sector da administração.

Todavia, os jornalistas têm tido sorte e, apesar do número de trabalhadores necessários numa redacção ter diminuído ligeiramente, os informadores não foram substituídos pelos computadores.

A rádio e televisão mostram um comportamento idêntico, com uma quebra no número de empregos fixos, devido à reestruturação das cadeias públicas e à consolidação das privadas em consequência de fusões e aquisições.

Também nestes meios, o grosso das perdas de postos de trabalho foram nas áreas técnicas e administrativas, ao mesmo tempo que foram criados postos de trabalho de produção e de conteúdo graças às novas tecnologias.

LELLO ENALTECE INICIATIVA «EMBLEMÁTICA» DA AFCP

José Lello classificou de «emblemático» e com um «significado profundo» a entrega individual de cinco mil contos a quatro instituições de solidariedade, sediadas em Portugal, pela American Foundation For Charities of Portugal (AFCP). O secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, que falava durante a cerimónia que decorreu no Palácio das Necessidades, salientou a importância da iniciativa «exemplar» e que, frisou, «felizmente acontece todos os anos».

A Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, Paróquias de S. João e S. Vicente, Centro Paroquial de Mateus e Associação Protectora de Abrigos aos Velhos Trabalhadores de Montemor-o-Novo receberam 25 mil dólares (cerca de cinco mil contos), tratando-se de um donativo que resulta da recolha de fundos da AFCP junto da comunidade portuguesa residente nos EUA.

José Lello enalteceu a iniciativa da AFCP, considerando tratar-se de uma instituição «emblemática», acrescentando que os portugueses fora do seu país «não esquecem as suas raízes e sublinham o seu melhor que é espírito de solidariedade, o espírito filantrópico e o espírito da memória».

«Esta ligação entre portugueses de lá e de



cá é importante porque releva que Portugal é onde estiver português. É um espírito filantrópico e de solidariedade dos portugueses que tendo partido para ir ao encontro de um futuro melhor, nem por isso deixaram para trás a memória dos que aqui

ficaram», disse.

«Esse espírito de solidariedade é a marca indelével desse espírito português que estando lá não esquece», frisou.

Salientou a importância «exemplar» da AFCP considerando-a como uma «marca indelével» e uma referência para outras instituições que se dedicam ao bem comum e a apoiar os excluídos da sorte. A American Foundation For Charities of Portugal foi criada em 1983 por um grupo de empresários luso-americanos do Estado de Nova Iorque com o objectivo de dar ajuda financeira a obras de assistência Social em Portugal.

Com os donativos hoje atribuídos, a AFCP elevou para 70 as instituições portuguesas a que deu assistência e para cerca de 300 mil contos os donativos concedidos desde a sua fundação.

Manuel Correia, representante da AFCP, em substituição do presidente Joaquim Cunha, que por razões de saúde não pôde estar presente na cerimónia, referiu que a instituição «está solidária com as associações portuguesas que hoje recebem os donativos. Trabalhamos no sentido comunitário de fazer o bem a todos os que mais necessitam».

Ao frisar, durante a sua intervenção, que a angariação desses fundos não é fácil, obrigando a muitas horas de trabalho e

dedicação, aquele responsável, dirigindo-se às associações presentes na cerimónia, afirmou esperar que «saibam administrar essas verbas para o fim que foram angariadas que é de ajudar os mais necessitados».

Elizete Ferreira, do Centro Paroquial de Mateus, uma das instituições presenteadas com o donativo, explicou que a atribuição do subsídio tem uma «importância capital», adiantando que vai ajudar a promover actividades que vão ao encontro de maiores carências do meio, nomeadamente, apoiar pessoas carenciadas.

José Grulha, da Associação Protectora de Abrigos aos velhos Trabalhadores de Montemor-o-Novo, salientou igualmente a importância do subsídio, explicando que irá ser aplicado na gerência do dia a dia da associação.

«Poderá ser empregue numa obra particular em determinada altura, mas poderá ser também aplicado no bem estar dos utentes que é afinal para isso que a instituição existe», frisou.

Por seu lado, Nuno Rodrigues, da Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, revelou que a verba será aplicada na compra de equipamento para apetrechar um centro de apoio a deficientes, actualmente em construção.

TURQUIA

JAIME GAMA EM ANCARA COM CHIPRE NA AGENDA

O ministro dos Negócios Estrangeiros português esteve no dia 14 em Ancara para abordar as relações entre a União Europeia (UE) e a Turquia, questões regionais e as situações em Chipre e no Mar Egeu.

A visita do chefe da diplomacia do Palácio das Necessidades a terra otomana vem na esteira do Conselho Europeu de Helsínquia (1999) onde a Turquia assumiu oficialmente o estatuto de candidato à adesão à UE.

A meio da manhã Jaime Gama foi recebido pelo seu homólogo Ismail Çem, para assinar um acordo de supressão de vistos em passaportes diplomáticos, devendo igualmente tratar assuntos de índole bilateral Portugal-Turquia.

O Presidente Suleyman Demirel acolheu o ministro de Estado luso à tarde, seguindo-se um encontro com o chefe do Governo, Bulent Ecevit.

A encerrar esta visita a terra otomana, Gama teve alguns frente-a-frente com representantes de organizações não-governamentais (ONG) relacionadas com os Direitos Humanos.



ESPAÑA

PSOE

CONGRESSO PARA RENOVAÇÃO

O candidato do PSOE às eleições legislativas de domingo, Joaquín Almunia, apresentou formalmente a demissão de secretário-geral do partido na reunião da Comissão Executiva, como anunciara no rescaldo da votação.

Almunia disse que a Comissão Executiva também cessou funções por razões estatutárias - embora continue a laborar - e propôs a reunião do Comité Federal (órgão máximo entre congressos) para o próximo dia 22.

O já ex-secretário-geral contou com a solidariedade de todos os membros desta Comissão Executiva.

A comissão em funções propôs também ao Comité Federal a convocação de um congresso ordinário entre os dias 21 e 23 de Julho, no qual será nomeada uma nova direcção e aprovadas as novas linhas estratégicas dos socialistas para o próximo triénio, de modo a enfrentar a crise aberta com a derrota e a demissão de Almunia. O Comité Federal do próximo dia 22 designará um órgão de direcção que substituirá a executiva que acaba de sair e ficará encarregue de organizar o congresso.



Almunia explicou que, como já estava previsto o congresso ordinário para finais deste ano, a comissão preferiu antecipá-lo, em lugar de propor uma reunião extraordinária.

Ao ter conhecimento do descalabro do seu partido nas urnas, onde perdeu 16 deputados e o Partido Popular obteve a maioria absoluta, Almunia anunciou de imediato a sua demissão irrevogável.

CHILE

Cerimónia em Valparaíso

SOCIALISTA RICARDO LAGOS TOMA POSSE COMO PRESIDENTE

Vinte e sete anos depois um socialista volta a ocupar o Palácio de La Moneda.

O socialista Ricardo Lagos prestou no dia 11 juramento como Presidente do Chile numa cerimónia breve mas fortemente simbólica, poucos dias depois do regresso ao país do antigo ditador Augusto Pinochet.

Lagos, o segundo presidente socialista da história do Chile, depois de Salvador Allende (morto no golpe de Estado de 1973), prestou juramento no Salão de Honra do Congresso, em Valparaíso, cerca de 110 quilómetros a noroeste da capital, Santiago. À cerimónia assistiram cerca de 60 delegações estrangeiras, entre as quais uma dúzia de chefes de Estado e de governo, como o primeiro-ministro português, António Guterres.

Lagos, 62 anos, sucede ao democrata cristão Eduardo Frei, de 47, tal como ele membro da Concertação Democrática, coligação de centro-esquerda no poder desde o fim da ditadura.

Velho adversário do antigo ditador, Lagos ganhou a segunda volta das presidenciais com apenas 2,62 pontos de avanço (51,31 por cento dos votos) sobre Joaquín Lavín (48,69 por cento), candidato da direita e ex-conselheiro de Pinochet.

Direitos Humanos Milhares de manifestantes reclamam julgamento de Pinochet

Milhares de simpatizantes de sectores da esquerda chilena reclamaram no dia 11 um julgamento contra o ex-ditador Augusto Pinochet.

A concentração, realizada na Praça Itália da capital chilena, local tradicional das manifestações desportivas e políticas de Santiago, foi organizado pela Assembleia Nacional pelos Direitos Humanos e diversos grupos de esquerda.

Gritando palavras de ordem contra o antigo chefe do exército chileno, os manifestantes mostraram-se dispostos a intensificar a sua mobilização para que o ex-ditador Pinochet seja punido nos tribunais.

73 queixas-crime

Até ao momento foram apresentadas 73 queixas-crime contra o ex-ditador pela

sua responsabilidade na violação dos direitos humanos, mas a justiça deve primeiro esclarecer se levanta ou não a imunidade parlamentar ao automeado senador vitalício.

Pinochet regressou ao Chile depois de ter estado detido em Londres 503 dias à espera de uma decisão do Governo britânico sobre a sua extradição para Espanha.

A Assembleia Nacional pelos Direitos Humanos agrupa as principais associações de familiares de desaparecidos políticos e antigos detidos pelo regime militar, além de organizações sindicais e partidos políticos de esquerda. Estas organizações marcaram para o sábado, dia 18 de Março, uma grande mobilização para despertar a consciência e pedir que se instale no Chile uma cultura de justiça.

O general Pinochet, que regressou ao Chile no passado dia 3 depois de 503 dias de detenção em Londres - e ao qual o exército (continua a haver muita brigada do reumático nas hierarquias) reiterou o seu apoio, suscitando a indignação do Governo e de Lagos, bem como dos familiares de milhares de desaparecidos durante os anos de terror do ex-ditador - o assistiu à cerimónia, embora, como senador vitalício, tivesse recebido convite.

Para um ditador é sempre doloroso assistir a estas cerimónias plenas de significado democrático.

Depois da investidura, o novo Presidente recebeu as delegações estrangeiras na residência presidencial de Cerro Castillo, em Vina del Mar, perto de Valparaíso.

Além dos chefes de Governo português, italiano (Massimo d'Alema) e marroquino (Abderrahmane Youssoufi), assistiram à cerimónia, os presidentes da Argentina, Fernando de la Rúa, Colômbia, Andres Pastrana, e Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

Estiveram também presentes o herdeiro da coroa espanhola, príncipe Felipe, Pierre Mauroy, antigo presidente da Internacional Socialista, em representação da França, e a secretária de Estado norte-americana da Justiça, Janet Reno.

AMBIENTE

Relatório refere

MAIORIA DA HUMANIDADE SEM ÁGUA POTÁVEL

Metade da humanidade tem falta de água ou dispõe apenas de água não potável e a situação piorará se não se lutar contra a poluição e o desperdício, indica um relatório da Comissão Mundial sobre a água para o século XXI.

A comissão desenvolveu um documento para o Fórum Mundial da Água de Haia, que reunirá especialistas a partir de sexta-feira e uma centena de ministros entre os dias 21 e 22 de Março.

Actualmente, mil milhões de homens não têm acesso garantido à água e dois mil milhões estão privados de saneamento adequado.

O crescimento demográfico (oito mil milhões de homens em 2025) provocará uma falta de água de 17 por cento para a irrigação, 20 por cento para a indústria e 70 por cento para a vida doméstica, calcula a Comissão.

Ora, a água é limitada: 97,5 por cento das águas do planeta inteiro são salgadas e



apenas uma ínfima fracção de água doce é captada em condições de sanidade, diz o relatório.

Poluidor-pagador

O desperdício, a poluição e a desflorestação têm vindo a comprometer o futuro deste recurso natural.

Para fazer face a esta realidade, a Comissão espera a adopção do princípio do poluidor-pagador e da facturação do serviço de água ao seu preço de custo.

A reforma dos preços condiciona a privatização do serviço de água e a luta contra o desperdício.

Ela permitirá, igualmente, financiar novos sistemas de captação, de irrigação, de saneamento e de distribuição de água.

Os investimentos anuais necessários, 180 mil milhões de dólares (360 milhões de contos), contra os 75 mil milhões (150 milhões) actuais, deverão vir «inteiramente do sector privado», segundo a Comissão.

INTERIOR DO PAÍS AVANÇA NO CAMINHO PARA A SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, participou nos dias 13 e 14, em Castelo Branco, num conjunto de iniciativas destinadas a promover a sociedade de informação.

A iniciativa «Castelo Branco Digital» representa um investimento total de 217 mil contos e insere-se no Programa Cidades Digitais, criado pelo Governo através do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), no quadro da Iniciativa Nacional para a Sociedade de Informação.

O Programa Cidades Digitais tem como objectivo mobilizar e generalizar na sociedade os instrumentos, técnicas e modos de organização da informação e comunicação tornados possíveis pelas tecnologias de informação (TI). Assim, são oito os projectos aprovados no âmbito do Castelo Branco Digital.

Internet na Escola

O «Internet na Escola» pretende ligar todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico do distrito à rede, através da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade (RCTS), para



permitir o contacto directo de alunos e professores com as TI.

A partir da matéria noticiosa disponibilizada por emissoras de rádios e jornais locais, o projecto «Castelo Branco - Media Digitais» vai disponibilizar «on line» um património de informação multimédia sobre a região.

Estimular a comunidade empresarial da região é o objectivo do «NETCOM - O Comércio e a Internet», através do qual será

instalado um servidor específico e um site na Internet, onde os empresários envolvidos poderão transaccionar os seus produtos e serviços por comércio electrónico.

Na área da saúde, o «INFO - HAL» vai disponibilizar informação útil aos utentes, em locais públicos, e um projecto na área da Telemedicina vai permitir aos utentes de Castelo Branco o acesso a cuidados médicos e meios de diagnóstico

tecnologicamente avançados.

A Câmara Municipal de Castelo Branco é a entidade responsável por três projectos: um centro demonstrador da cidade digital para os municípios, a reorganização e modernização dos serviços municipais e a disponibilização para os profissionais do sector da informação contida no Sistema Nacional de Informação Geográfica.

No dia 13, o ministro Mariano Gago participou no encerramento de um encontro dos professores das escolas do 1º ciclo do Ensino Básico do concelho, que representa o culminar do trabalho de preparação para a integração no Programa Internet na Escola.

NetMóvel

No final da sessão, foi feito o balanço da acção NetMóvel, uma infra-estrutura itinerante de demonstração do uso da Internet que esteve nas escolas, em acções de sensibilização para alunos, professores e encarregados de educação.

No dia 14, teve lugar a assinatura do protocolo Castelo Branco Digital entre o MCT e as diversas entidades da região envolvidas no projecto.

PROGRAMA COM INVESTIMENTO DE 848 MILHÕES

O ministro do Ambiente, José Sócrates, afirmou no passado dia 10, em Portalegre, que o Programa Operacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais prevê um investimento de 848 milhões de contos nos próximos seis anos.

Segundo José Sócrates, o programa tem por objectivo a criação de sistemas plurimunicipais que permitam a Portugal atingir, em 2006, os padrões europeus de abastecimento de água e saneamento de

águas residuais.

O ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território falava no final de uma reunião com os autarcas que integram a Associação de Municípios do Norte Alentejano, depois de visitas à Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos de Ponte de Sor, na freguesia de Vale de Açor, e às obras finais do Aterro Intermunicipal de Avis.

Durante a reunião, o ministro apresentou uma proposta tendo em vista resolver o problema do abastecimento de água, do

tratamento de águas residuais e do tratamento e eliminação dos resíduos sólidos urbanos no distrito de Portalegre.

Fundo de Coesão

A proposta visa a criação de uma empresa multimunicipal para gerir e explorar o abastecimento público de água em «alta», ou seja, as origens, a adução e o tratamento, bem como a rede de tratamento de águas residuais.

Os montantes a investir para a implementação deste sistema no distrito de Portalegre rondam os 10 milhões de contos, num investimento a fazer com recurso a candidaturas ao Fundo de Coesão.

«Trata-se de uma proposta global para que o distrito de Portalegre possa atingir níveis médios europeus de tratamento de águas residuais, de abastecimento público de água, bem como, de tratamento de resíduos sólidos urbanos», esclareceu o ministro.

DESEMPREGADOS BAIXAM PARA 347.412

O número de desempregados voltou a baixar, pelo trigésimo oitavo mês consecutivo, fixando-se no final de Fevereiro, nos 347.412, menos 9,8 por cento que em igual mês de 1999.

Segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego baixou 0,8 por cento, em

relação a Janeiro.

Os homens foram mais beneficiados pela queda deste indicador, sendo agora 137 663 os inscritos, contra 208 749 mulheres. O número de homens baixou em Fevereiro, em termos homólogos, 12,3 por cento, enquanto as mulheres desceram 8,1 por cento.

A falta de trabalho continua a afectar mais as mulheres com idade superior a 25 anos (168 284 desempregadas), seguidas pelos

homens da mesma faixa etária (116 641). Nos menores de 25 anos, o IEFP recensou em Fevereiro 41 485 mulheres e 21 022 homens desempregados.

Os desempregados de longa duração (inscritos no centro de emprego há mais de um ano) baixaram 12,8 por cento no final de Fevereiro. Para os inscritos há menos de um ano, o decréscimo foi de 7,4 por cento.

Os desempregados com habilitações de nível superior eram, no período em apreço, 20 925, menos 1,8 por cento que em igual mês de 1999.

Ao longo do mês de Fevereiro, o IEFP registou 37 134 novos desempregados, uma variação negativa homóloga de 2,3 por cento. As ofertas de emprego totalizaram 12 617, para uma colocação efectiva de 6 464 pessoas.

APOSTA DESTEMIDA NOS JOVENS

No quadro da presidência portuguesa da União Europeia, foi finalmente consolidada uma medida de largo espectro, especificamente direccionada para a camada jovem de cidadãos europeus.



O Conselho da União Europeia, o Parlamento Europeu e o Comité de Conciliação, co-presidido pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, e pelo vice-presidente do Parlamento Europeu, Renzo Imbeni, aprovaram no passado dia 29 de Fevereiro, depois de dois anos de «difíceis negociações» o Programa Juventude. A proposta passou por dois anos de difíceis negociações, sendo aprovada pelo um novo programa de acção comunitário no domínio da Juventude com o título Programa Juventude.

O processo negocial pela qual passou a proposta apresentada em 1998 pela Comissão Europeia caracterizou-se, segundo Paulo Antunes Ferreira, director do Gabinete de Apoio, Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado da Juventude, pela sua extrema dificuldade, mas «Portugal conseguiu, encerrar este dossier de uma forma brilhante, tendo o Programa sido aprovado para o período de sete anos (2000-2006) e com um orçamento de 520 milhões de euros, o que corresponde, grosso modo, a um crescimento de cerca de 30 por cento face aos programas europeus anteriormente existentes na área da Juventude».

O Programa Juventude reúne num esquema geral, projectado para um alcance a médio prazo, as diversas acções comunitárias que se dirigem essencialmente ao mesmo grupo-alvo – ou seja, aos os jovens –, e que têm carácter «extra-escolar», contrariando desta forma a corrente fragmentação de estratégias e logrando uma imprimir maior coesão às diversas acções.

Esta iniciativa de âmbito comunitário íntegra, congrega e harmoniza diversas medidas dirigidas à população jovem, dispersas até ao ano passado no âmbito do programa «Juventude para a Europa», em vigor entre 1995 e 1999, pelo programa Serviço Voluntário Europeu (SVE) e ainda por diversos projectos-piloto.

O Programa Juventude, que constitui a única acção comunitária no domínio da «educação não formal», insere-se numa trilogia de programas que inclui os programas «Sócrates» e «Leonardo da Vinci», dirigindo-se a todos os jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 25 anos.

Cidadania activa e responsável num contexto europeu

De um ponto de vista genérico, o Programa Juventude pretende fomentar valores fundamentais como a tolerância, através



de um melhor entendimento de culturas diferentes; e a solidariedade, encorajando a participação em actividades de serviço comunitárias.

O programa tem igualmente um impacto indirecto sobre o emprego, uma vez que visa de igual modo facilitar a aquisição de aptidões e competências gerais, que adquirem crescente importância no mercado de trabalho, e promove o conceito de «mercado de trabalho europeu», num constante encorajamento dos jovens para que estes pensem na sua educação, formação e oportunidades de emprego num contexto europeu, e não meramente regional ou nacional.

No quadro dos objectivos específicos do Programa Juventude engloba-se a promoção de uma contribuição activa dos jovens na construção europeia, através da sua participação em intercâmbios transnacionais que lhes permitam aprofundar a compreensão da diversidade cultural presente na Europa, bem como dos valores comuns fundamentais e dominantes, num incentivo crescente e frontal do respeito pelos direitos humanos e da luta contra o racismo, o anti-semitismo e a xenofobia.

O reforço do sentido de solidariedade, o incentivo do espírito de iniciativa e do espírito empresarial, bem como da criatividade dos jovens, permitindo-lhes desempenhar um papel activo na sociedade, favorecendo ao mesmo tempo o reconhecimento do valor de uma experiência de «educação informal» adquirida num contexto europeu; e o reforço da cooperação no domínio da juventude, mediante a promoção do

intercâmbio de boas práticas, a formação de animadores/monitores de jovens e o desenvolvimento de acções inovadoras a nível comunitário, são também metas específicas do Programa Juventude.

Uma aposta destemida na juventude é a proposta que o Programa Juventude formula, de forma concertada e multisectorial, tendo os jovens o papel principal enquanto actores e beneficiários das acções estratégicas desta medida. Pelas metas que se propõe alcançar, este projecto tem uma forte componente de trabalho voluntário e comunitário na execução das suas acções. Este aspecto contribui para o desenvolvimento do sector associativo.

O programa acentua fortemente o envolvimento de jovens provenientes de meios desfavorecidos. É objectivo do Programa Juventude proporcionar experiência directa dos benefícios da União Europeia a pessoas que deles são geralmente excluídas.

Programa em acções

Os objectivos do programa serão prosseguidos através de cinco acções específicas: «Juventude para a Europa» – onde se inserem intercâmbios de jovens entre os Estados-membros e entre estes e países terceiros –, «Serviço Voluntário Europeu» – que promove, no seio da Europa comunitária e fora das fronteiras da União, a cidadania activa do «jovem voluntário» no campo de acções de solidariedade concretas e não lucrativas –, «Iniciativas dos Jovens» – que visam despertar o espírito inovador e criativo dos

jovens para a concepção de actividades em que eles próprios sejam os principais intervenientes –, «Acções Conjuntas» – que prevêm a constituição de um dispositivo comum de informação, observação e divulgação de boas práticas no domínio do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida, bem como iniciativas comunitárias sobre multimédia educativos –, e «Medidas de Apoio» ao nível das estruturas nacionais e da assistência técnica e suporte operacional.

Estas acções serão executadas através de medidas que, se necessário, poderão ser combinadas:

- Apoio à mobilidade transnacional dos jovens;
- Apoio à utilização de tecnologias da informação e da comunicação (TIC) no domínio da juventude;
- Apoio ao desenvolvimento de redes de cooperação a nível europeu que permitam o intercâmbio de experiências e de boas práticas;
- Apoio aos projectos transnacionais que visem promover a cidadania europeia e a participação dos jovens no desenvolvimento da União;
- Promoção das competências linguísticas e da compreensão das diferentes culturas;
- Apoio a projectos-piloto baseados em parcerias transnacionais que visem o e desenvolvimento da inovação e da qualidade no domínio da juventude;
- Desenvolvimento, a nível comunitário, de métodos de análise e acompanhamento de políticas de juventude e respectiva evolução e de métodos de divulgação de boas práticas.

MARY RODRIGUES

SAMPAIO CONDECORA 22 MULHERES

O Presidente da República, Jorge Sampaio, agradeceu, no sábado, dia 11, em Lisboa, a lutadora antifascista Ana Figueiras e a chefe da representação do CNRT em Portugal, Pascuala Barreto, com a Ordem da Liberdade.

A cerimónia de condecoração de 22 mulheres inseriu-se na celebração do Dia Internacional da Mulher que, este ano, Jorge Sampaio teve de adiar devido à visita oficial do seu homólogo brasileiro a Portugal.

Uma das oradoras na cerimónia foi Simone Veil, antiga presidente do Parlamento Europeu e eurodeputada, que falou sobre as «Causas das Mulheres».

A convidada portuguesa foi Teresa Joaquim, coordenadora do mestrado de «Estudos sobre as Mulheres» na Universidade Aberta.

Ana Figueiras (exilada política em Argel, conhecida como «mãe coragem») pela sua acção junto dos deficientes de guerra em Angola e dos meninos de rua no Brasil) e Pascuala Barreto receberam o grau de comendadora da Ordem da Liberdade.

A catadrática Lúcia Lepecki (de nacionalidade brasileira e que é também investigadora, ensaísta e crítica literária) recebeu o grau de comendadora da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada.

A Ordem do Infante D. Henrique, no grau de grã-cruz, foi outorgada a Manuela Silva



(investigadora no domínio dos problemas da pobreza) e Teresa Costa Macedo (presidente da Confederação Nacional das Associações de Família).

Helena Vaz da Silva (presidente do Centro Nacional de Cultura) e Maria Germana Tânger (actriz de teatro e professora) receberam o grau de grande oficial da mesma Ordem honorífica, enquanto Helena Maria de Oliveira Freitas (bióloga e presidente da Liga da Protecção da Natureza), Maria da Graça Salema de Castro (presidente da Fundação Eça de

Queirós) e Teresa de Sousa (jornalista) foram distinguidas com o grau de comendadora daquela Ordem.

A Ordem do Mérito foi atribuída a Fernanda Pires da Silva (empresária) no grau de grã-cruz, e a Maria da Graça Heitor Catarino (fundadora e presidente da Associação das Obras Assistenciais das Conferências Femininas de S. Vicente de Paulo) no grau de grande oficial.

Com o grau de comendadora daquela Ordem foram distinguidas Aurora da Fonseca (antiga directora da prisão de Tires

e membro da Comissão de Política Social relativa às Mulheres) e Emília Barradas de Noronha (fundadora e presidente do conselho directivo da Universidade de Lisboa para a Terceira Idade).

Helena André (sindicalista), Laurinda Alves (jornalista e directora da revista «País e Filhos»), Manuela Rilvas (voluntária e membro da direcção da Liga Portuguesa Contra o Cancro) e Teresa Ianz Guerra (presidente da Associação Empresarial da Região de Lisboa, fundadora e presidente da Associação Ester Ianz) também receberam o grau de comendadora da Ordem do Mérito.

O grau de oficial da mesma Ordem foi atribuído a Maria Rosa Teixeira, mais conhecida por Rosa do Aleixo e que dinamizou a integração dos moradores da Ribeira - Barredo num processo de renovação urbana ligado à Associação do bairro do Aleixo, Porto.

A Ordem da Instrução Pública foi outorgada a Maria Teresa Mendes (antiga vice-reitora da Universidade de Coimbra), no grau de grande oficial.

Com o grau de comendadora desta Ordem foram agraciadas Catalina Pestana (coordenadora nacional do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil) e Maria Manuela Marques (investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra).

INCREMENTO DAS PENAS ALTERNATIVAS

O ministro da Justiça, António Costa, defendeu, no dia 10, em Faro, o incremento das penas alternativas à prisão, realçando que Portugal continua a ser o país com a taxa mais alta de encarceramento da Europa.

António Costa, que falava após uma visita à Direcção de Faro da Polícia Judiciária (PJ), pronunciava-se a propósito do aumento de capacidade dos estabelecimentos prisionais, cuja meta estabelecida, mas ainda não alcançada, é de 15 mil detidos.

«Os investimentos triplicam os valores de 1985. Falta construir dois novos estabelecimentos, um no Algarve e outro em Coimbra, mas não podemos ter a visão de aumentar ilimitadamente a capacidade das prisões», sublinhou.

Segundo o governante, é por isso necessário «credibilizar» as penas alternativas à prisão, como forma de sancionamento dos crimes, um esforço que - disse - «tem vindo a ser feito e que é necessário prosseguir».

Felicitando perante os jornalistas o director-geral da PJ, Luis Bonina, pela recente



detenção efectuada de quatro presumíveis responsáveis pelo assalto a nove postos de gasolina na zona do grande Porto, António Costa enalteceu «o trabalho positivo» desta polícia, realçando o facto de todos os homicídios ocorridos em 1999, no Algarve, terem tido uma resolução a 100 por cento.

Nas suas declarações, o ministro não se manifestou particularmente agastado com o facto de o presidente do Partido Popular

(PP), Paulo Portas, ter anunciado que irá requerer um debate parlamentar sobre segurança.

«A questão da segurança deve preocupar todos os responsáveis políticos, seja do Governo, ou da oposição», disse o titular da pasta da Justiça, considerando, portanto, que Paulo Portas «faz muito bem» ao requerer esse debate.

Aliás, António Costa considera não haver exagero em relação às preocupações

manifestadas pelo dirigente do PP pois, em seu entender, «em segurança nunca há exageros».

O governante reconheceu ser «evidente que há problemas de segurança e que estes têm de ser combatidos», mas chamou a atenção para a interpretação dos números de casos conhecidos que, por si só, não significam necessariamente a existência do aumento da criminalidade. Com o governador civil de Faro, Fialho Anastácio, a seu lado, o ministro focou ainda a questão dos crimes económicos. «É um crime que afecta não só o Algarve, como todo o País e a Europa e que foge, devido à sua especificidade, às técnicas clássicas de investigação», declarou.

Para combater aquele tipo de criminalidade, o ministro da Justiça afirmou que, no âmbito de uma iniciativa conjunta da presidência portuguesa e francesa da União Europeia, está a ser preparado um Conselho de Justiça e Assuntos Internos, com a participação dos ministros das Finanças, onde será analisado o relacionamento com o sistema bancário e a facilidade de acesso a informação, para efeitos de investigação criminal.

POR UMA ALTERNATIVA CREDÍVEL...

A oposição laranja tem insistido no erro sistémico de pensar o País, a sua face económica, à luz de paradigmas ultra-passado.

A ideia foi defendida, no dia 2, na Assembleia da República, pelo deputado socialista Manuel dos Santos, para quem «a diagnósticos errados a oposição tem acrescentado terapêuticas sem sentido e conclusões verdadeiramente absurdas».

«Esperamos e desejamos que a harmonização no seio do principal partido de oposição contribua agora, como não sucedeu no passado, para a definição de políticas alternativas mais credíveis, mais previsíveis, mas sobretudo mais responsáveis para com o País», disse o parlamentar do PS.

Para clarificar o olhar cansado do PSD, Manuel dos Santos começou por referir a *performance* da presidência portuguesa da União Europeia, ressaltando que é cedo para fazer balanços, mas frisando ser possível já uma «fundamentada previsão do seu grande sucesso».

«Teve a presidência portuguesa da UE, logo à partida, duas enormes provas: a primeira assente nas dificuldades inesperadas surgidas a propósito da



realização da Cimeira Europa/África; e a segunda correlacionada com a ascensão ao poder, num país membro da União – a Áustria –, de um partido de extrema direita com um programa político xenófobo e anti-europeu», exemplificou. Convicto de que a cimeira europeu-africana (agendada para Abril, no Cairo) será «seguramente um sucesso», mas sobretudo será «a prova da eficácia, da competência, da responsabilidade, do respeito que merece e da importância que tem a Presidência Portuguesa», Manuel

dos Santos afirmou, relativamente ao caso austríaco que «é hoje um dado adquirido que a posição tomada pelo primeiro-ministro de Portugal, enquanto Presidente da União Europeia, foi a correcta e a mais adequada».

Lembrando que o Executivo socialista é muitas vezes acusado de ser incapaz de escolher, afrontar poderes instalados, propor medidas estruturais e até decidir, o deputado do GP/PS frisou que «a recente decisão de criar uma *holding* para gerir as participações detidas pelo Estado em empresas na área da Comunicação social e levar por diante o plano de reestruturação e saneamento financeiro da RTP é mais uma prova do empenhamento colocado pelo Governo em resolver os problemas deste sector tão sensível».

Segundo Manuel dos Santos, tal *holding* «configura um modelo racional e equilibrado de aproveitamento das sinergias da RTP, RDP e Lusa, sem prejuízo da autonomia de cada uma das empresas e sem sacrifício ou privatização dos actuais canais de serviço público de rádio e de televisão».

«Que fique bem claro que este modelo não será nunca um modelo de transição para outro um modelo com uma componente

de privatização de um dos canais de serviço público de televisão», assegurou categoricamente.

Quanto à proposta orçamental do Executivo em discussão, Manuel dos Santos evocou a ideia defendida por António Guterres segundo a qual não têm razão os que pensam que toda a despesa pública é um pecado e todo o défice um crime.

«É certo que a despesa vais crescer, seguramente mais do que muitos desejaríamos, mas certamente muito menos do que ocorreria, nas condições actuais, se, por exemplo, o PSD fosse governo», afirmou, acrescentando que o que é «indesmentível é que a despesa pública – que cresce – se oriente exclusivamente para o investimento e para o social» por «exclusiva opção do PS».

Recordando que a política orçamental não pode ser isolada dos grandes objectivos propostos em matéria de desenvolvimento económico e social, Manuel dos Santos sublinhou que «neste contexto é essencial a boa utilização do III Quadro Comunitário de Apoio».

«É para esta tarefa também que a oposição deve ser convocada e tem o dever de contribuir», concluiu.

MARY RODRIGUES

TURISMO É SECTOR-CHAVE DO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES

«**O** turismo urbano – e aquilo a que a gíria do sector chama *short breaks* – tem sido talvez o segmento do sector turístico que, nos últimos 15 a 20 anos, tem revelado maiores taxas e potencialidades de crescimento», sublinhou no dia 4, no Porto, o secretário de Estado adjunto da ministra do Planeamento.

Ricardo Magalhães falava na sessão de encerramento do I Seminário Internacional «Turismo Urbano», promovido pela Câmara Municipal do Porto, e que decorreu no Edifício da Alfândega, na Cidade Invicta.

«Ao olharmos para o fenómeno do turismo urbano, ficamos com a sensação de que as práticas turísticas e, principalmente, a procura turística, se encontram em mutação, mas o menos acelerada, dando lugar a um modelo que alguém já sintetizou na expressão: "Mais frequente, mais diversificado, mais cultural"», disse. Esta alteração de modelo deriva, segundo o secretário de Estado, «de factores de mudança que têm vindo a atravessar as sociedades contemporâneas nas últimas décadas com impactos alargados de ordem demográfica, sociais, jurídicos, económicos e tecnológicos».

Para Ricardo Magalhães, «mais do que



uma percepção do fenómeno do turismo do ponto de vista meramente sectorial, importa-nos o facto de, sendo o turismo uma actividade eminentemente transversal que toca um leque alargado de outras actividades e sectores – que influencia e dos quais é tributário – saber como é que ele contribui e o que é que ele vai exigir do processo de desenvolvimento económico e social que queremos para o nosso país e particularmente para as nossas cidades». Referindo não ser especialista em matéria de turismo, Ricardo Magalhães disse estar certo de um conjunto de condições sem

as quais «estará seguramente ameaçada qualquer estratégia que queira assumir o turismo como sector-chave do processo de desenvolvimento de uma cidade».

Singularidade

Neste sentido, destacou o factor da «singularidade», referindo que «as cidades são, hoje em dia, por excelência, locais de multilaridade, espaços de confluência e convivência de indivíduos de origens diversas, áreas cosmopolitas de tolerância e de síntese de culturas».

Para o governante, o risco que as cidades hoje correm é o de se tornarem «mais ou menos todas iguais, todas semelhantes, oferecendo desde o Luna Park aos cinemas multiplex, das frentes ribeirinhas às *disneylândias*».

Diversidade

Um segundo factor ou condição de sucesso, para Ricardo Magalhães, é o da «diversidade e riqueza de oferta».

Assim, o governante disse ser necessário «criar os eventos, desencadear e contratar os espectáculos e os concertos, realizar as feiras, as mostras e os congressos»,

acrescentando que «o Porto é aqui um exemplo paradigmático», uma vez que a cidade «está a encetar um novo processo de investimentos avultados em equipamentos culturais e em renovação urbana».

Qualidade

Um terceiro factor, adiantou, relaciona-se com a «excelência» ou, se quiserem, a «qualidade», falando-se neste caso da «qualidade a todos os níveis, da qualidade ambiental e do ordenamento urbano, mas também da qualidade do serviço».

Segundo salientou, «uma aposta no turismo como factor de desenvolvimento para a cidade não se compadece com a degradação ambiental, com elevados níveis de poluição, com o congestionamento, com o lixo e a degradação da paisagem, com a degradação urbana».

Por último, Ricardo Magalhães falou de um quarto factor e que se prende com a «construção de parcerias de base a esta estratégia, fruto da necessária mobilização dos agentes da cidade e dos cidadãos em torno de um objectivo em que todos se deverão reconhecer».

J. C. CASTELO BRANCO



Abrantes



Protocolo com rancho folclórico

No quadro da sua política cultural, o município de Abrantes celebrou um protocolo com o Rancho Folclórico da Casa do Povo do Tramagal, que visa a cedência do edifício municipal do antigo Centro de Dia do Tramagal a esta instituição cultural para efeitos da sua instalação.

O protocolo agora celebrado tem a duração mínima de 10 anos.

Albufeira

Câmara apoia «Campanha Bandeira Azul»

O município de Albufeira decidiu apoiar a «Campanha da Bandeira Azul da Europa 2000».

Assim, a edilidade vai formalizar os processos de candidatura para 14 parias do concelho.

Amadora

I Bienal Internacional de Gravura

A Bienal de Gravura da Amadora terá em 2000 a sua primeira edição internacional, com 100 artistas de 14 países e um projecto de elaboração da maior gravura do mundo, envolvendo cinquenta escolas portuguesas e brasileiras.

O programa, que decorre de 26 de Abril a 31 de Maio, inclui exposições, workshops, colóquios e conferências, descentralizados por mais 15 cidades além de Loures, como Évora, Porto, Tavira e Caldas da Rainha. A Gravura 2000, que pretende ser a maior do mundo, será realizada por alunos de todas as idades, do pré-escolar ao secundário, em cinquenta escolas.

Sob o mote «Quem sou, onde estou, o que faço», cada escola pode realizar até dez módulos de um metro por setenta centímetros.

As técnicas podem ir da simples impressão com as mãos até à xilogravura e serigrafia, reflectindo as capacidades e imaginários de cada idade.

Quando concluída, será exposta na Fábrica da Cultura da Amadora, um dos pólos principais de exposição, onde se

pretende criar um público para a gravura enquanto forma artística.

As representações internacionais já confirmadas incluem o Brasil, Macau, Canada e França, com o objectivo de construir uma rede internacional que divulgue o trabalho feito na Amadora, como referiu a organizadora, Irene Ribeiro.

32 exposições

A nível nacional, vão fazer-se 32 exposições, repartidas por 16 localidades, pretendendo também estabelecer contactos regulares entre os artistas, ligados à Amadora.

Na área educativa, além da Rede Escolar de Gravura (REGRA), responsável pela maior gravura mundial, realizam-se vários cursos e acções de formação em escolas da Amadora, Évora e Caldas da Rainha.

O presidente da Sociedade de Belas Artes, Fernando Azevedo, referiu o papel importante das bienais da Amadora, este ano na sétima edição, em revitalizar uma forma de arte que em Portugal entrou em declínio a partir dos anos 60.

O presidente da Câmara da Amadora, que partilha a organização com a Associação de Gravura, Joaquim Raposo, mostrou-se confiante num «sucesso», associando à Amadora «um produto cultural de excelência e de referência», este ano divulgado por vários continentes.

Amarante



Aprovados investimentos em infraestruturas

O Grupo Parlamentar do PS apresentou e garantiu a aprovação de três propostas de alteração do Orçamento de Estado para 2000, subscritas pela deputada Helena Ribeiro, que reforçam o investimento público a realizar no ano em curso, no Município de Amarante.

Desta forma aumenta-se o investimento já anteriormente previsto para o início da construção da extensão do Centro de Saúde em Vila Meã que passou de 2.500 para 10.000 contos.

Por outro lado, inscreveram-se verbas, no montante de respectivamente 50.000 e 60.000 contos, para assegurar o financiamento da elaboração do projecto de construção de uma circular externa à cidade de Amarante e as obras de repavimentação da EN 112 entre Fridão e

Amarante.

No que diz respeito à circulação externa, há a salientar que a inclusão desta verba no Orçamento de Estado se dá um passo decisivo, nomeadamente no que concerne à assumpção de responsabilidades por parte do Estado, tendo em vista a concretização de uma das mais ansiadas aspirações dos amarantinos no domínio das infraestruturas rodoviárias.

Estas iniciativas foram tomadas em plena articulação com a Câmara Municipal de Amarante.

Exposição Antológica de Desenho

Está a decorrer no Museu Amadeo de Souza-Cardoso uma mostra de Mário Américo, intitulada «Exposição Antológica de Desenho».

A exposição, inaugurada no dia 4 de Março, está patente ao público até ao próximo dia 2 de Abril.

Mário Américo Cardoso Gonçalves dos Santos é professor da Escola de Belas-Artes da Universidade do Porto.

Cascais

Baixa sem trânsito aos fins-de-semana

O município presidido por José Luís Judas vai cortar a circulação automóvel da zona central da baixa de Cascais, durante os fins-de-semana e feriados, nos períodos compreendidos entre as 15 e as 24 horas. Esta medida visa possibilitar a realização de um conjunto de actividades de animação cultural e lúdica nesta área, de forma a devolver este espaço ao convívio e à circulação de pessoas em segurança.

Festival do associativismo cultural em 2000

A Câmara Municipal de Cascais vai promover o Festival do Associativismo Cultural do Concelho de Cascais no decorrer deste ano.

Este Festival das Associações Culturais do concelho consistirá na concentração temporal de realizações representativas das várias colectividades e na sua circulação pelos vários espaços existentes. Com carácter interdisciplinar permitirá aos animadores do associativismo darem a conhecer num âmbito mais alargado as suas propostas nos domínios do teatro, da música, da fotografia, da música coral, da gastronomia e do artesanato, entre outras, com o objectivo fundamental de promover a expressão global de um trabalho criativo que, em regra, fica confinado ao espaço de cada estrutura associativa.

A Câmara de Cascais pretende com este Festival dar a conhecer o meritório trabalho cultural desenvolvido pelas colectividades do concelho que em regra conhecem mal as actividades que as outras desenvolvem e incentivar a itinerância do seu trabalho. É convicção da autarquia que o associativismo em geral está a atravessar uma crise que

impõe, por parte do Poder Local, formas mais criativas e responsabilizadoras de apoio, para além dos subsídios regulares ao funcionamento das colectividades que a Câmara Municipal de Cascais tem vindo a atribuir.

Faro

Melhorar as condições de trabalho na Câmara

Luís Coelho, presidente da autarquia, anunciou recentemente aos funcionários da Câmara Municipal de Faro a realização de um vasto conjunto de obras e a tomada de algumas mediadas que visam melhorar muito as condições em que se trabalha na autarquia e, em última análise, o serviço prestado aos municípios.

Montemor-o-Velho

Oferta de dicionários de língua portuguesa

Visando incutir nos mais pequenos o gosto pela leitura, pelos nossos escritores, pelos nossos poetas, pela nossa cultura, e face ao actual desinteresse geral pela preservação da nossa língua, a Câmara de Montemor-o-Velho, no quadro da sua opção estratégica de aposta na educação, acaba de adquirir dicionário de Língua Portuguesa como forma de incentivar a leitura, concretamente a sua compreensão.

A Câmara, confiando no compromisso imprescindível entre tradição e juventude, considera que a preservação da Língua Portuguesa é um objectivo a prosseguir.

Odemira



Grupo Teatro ao Largo apoiado pela autarquia

A Câmara Municipal de Odemira vai apoiar este ano com 4250 contos o grupo itinerante Teatro ao Largo, no âmbito do seu projecto de fazer chegar o teatro e a cultura às 15 freguesias do concelho. Com sede em Vila Nova de Milfontes, este grupo de teatro profissional foi fundado em 1994 e tem desde essa altura um

AUTARQUIAS



AUTARQUIAS

INICIATIVAS & EVENTOS

protocolo com a autarquia, visando a descentralização cultural e deslocações pelo concelho.

Em comunicado, a autarquia informa que os apoios se traduzem num subsídio de três mil contos e mais 1 250 contos destinados exclusivamente às deslocações do grupo pelas freguesias, num total de 35 espectáculos.

As novas produções do Teatro ao Largo, «O Mercado do Cairo», «O Homem que plantava árvores» e «A Dádiva», estas duas peças dedicadas ao público infantil, serão apresentadas no Verão e no Natal.

Ovar

Sistema de abastecimento de água

O Executivo da Câmara de Ovar aprovou um conjunto de projectos de relevante impacto económico e infra-estrutural para o concelho de Ovar, que são decisivos para o funcionamento do sistema público de abastecimento de água do concelho.

Setúbal

Câmara aprovou Parque Verde da Algoideia

A Câmara Municipal de Setúbal aprovou, anteontem, em sessão pública, a construção da primeira fase do «Parque Verde da Algoideia», com um investimento previsto de 157 mil contos.



A área total do futuro Parque Verde da Algoideia é de 8,4 hectares, mas a autarquia vai avançar apenas com a construção numa extensão de cerca de 3 hectares, na zona sul, próxima do jardim do Bonfim.

A primeira fase da obra inclui o arranjo paisagístico, nomeadamente plantações com sistema de rega, pavimentos, construção de um lago, ribeira e tanque, drenagem de águas pluviais e iluminação pública.

Segundo a vereadora Teresa Almeida, do pelouro do Urbanismo na Câmara de Setúbal, «a segunda fase da obra, cujo orçamento global deverá rondar os 400 mil contos, só deverá ser concluída após a construção da variante da Várzea, uma via estruturante que permitirá a ligação entre as zonas de Brancanes e Cascalheira».

Sintra

Câmara doa espaço à Cruz Vermelha

A Câmara Municipal de Sintra vai disponibilizar à Cruz Vermelha Portuguesa parte de um imóvel situado na Portela de Sintra.



Esta disponibilização de um espaço integra-se nos objectivos da edilidade em cooperar com as entidades que junto das populações tente minorar as suas carências a todos os níveis.

Autarquia vai criar casa de apoio a mulheres vítimas de violência

A Câmara de Sintra vai criar até final deste ano uma casa de apoio a mulheres vítimas de violência que servirá de residência temporária nos casos mais graves e no geral prestará apoio psicológico e social. Edite Estrela, presidente da autarquia, garantiu que apesar de não haver números concretos dos casos de violência sobre as mulheres, «o concelho de Sintra não é das zonas mais problemáticas apesar de ser o segundo maior do país em termos de população».

Apesar dos números não serem alarmantes «é necessário ajudar estas mulheres a ter uma vida melhor e como muitas delas não conseguem sozinhas precisam de instituições que as apoiem», acrescentou a autarca.

A localização da «Casa de Apoio à Mulher» não vai ser divulgada «porque as vítimas devem estar protegidas e afastadas do agressor» justificou Edite Estrela, adiantando, no entanto, que as instalações são propriedade da autarquia.

Para a criação do espaço, a câmara vai assinar um protocolo com os ministérios da Igualdade e da Solidariedade e a abertura está prevista para este ano depois de concluídas as obras no edifício.

Vila Franca de Xira

Autarquia responsabiliza anterior executivo pela «política de betão»

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira acusou segunda-feira o anterior executivo camarário, de maioria CDU, de ser o principal responsável pela «política de betão» em curso no concelho.

Maria da Luz Rosinha, eleita pelo PS, reagiu assim a sucessivas críticas do PCP e da CDU à actual gestão urbanística do município, e considerou existir «da parte do PCP/CDU a tentativa de branquear o que foi feito durante quase duas décadas».

Segundo dados apresentados por Maria da Luz Rosinha e pelo vereador responsável pelo pelouro do urbanismo, Carlos Silva, o Plano Director Municipal (PDM) elaborado em 1993, e que tem um período de vigência de 10 anos, previa a construção de mais de 10 mil fogos, quatro mil dos quais na freguesia de Vila Franca de Xira.



A este fogos, há ainda que acrescentar os mais de 12 mil cuja construção se previa em diversos planos de pormenor encomendados ou protocolados pelos executivos comunistas anteriores.

Assim, segundo os autarcas socialistas o total de fogos com «viabilidades emitidas, pareceres favoráveis e aprovados pelos executivos anteriores» ronda os 23.300. Quanto à responsabilidade do actual executivo, a mesma só existirá, de acordo com Maria da Luz Rosinha, relativamente a 2.040 fogos aprovados no presente mandato.

«Só o esquecimento dos 20 anos de gestão por parte da CDU justifica que seja a própria CDU a condenar a política que aplicou no município de Vila Franca de Xira na área do urbanismo», sublinharam os autarcas socialistas.

Apesar do que consideraram ser uma «pesada herança», a presidente da Câmara de Vila Franca de Xira e o vereador responsável pelo pelouro do urbanismo garantirão ter «vontade e determinação» para atenuar os efeitos dos «erros do passado».

Tentar que as respostas sejam dadas no prazo legal estabelecido, como forma de corrigir atrasos, e fazer um «bom planeamento das estradas e parque de estacionamento», são algumas medidas que os socialistas asseguram terem vindo a tomar.

A compensação de construtores, através da atribuição de terrenos em freguesias «menos castigadas» pelo crescimento urbanístico ou, «em último caso», indemnizá-los para não construírem, são outras soluções encaradas como possíveis pela presidente da autarquia para minimizar os problemas urbanísticos do concelho.

Contudo, o vereador Carlos Silva sublinhou que atribuir indemnizações é uma medida pouco utilizada, pois, «se o executivo tivesse de indemnizar para não se construírem 25

mil fogos, o município não poderia fazer mais nada durante muitos e muitos anos».

Vila Real de Santo António

Grupo das «Quatro Cidades» vai criar associação de municípios

As Câmaras Municipais do chamado grupo das «Quatro Cidades» vão constituir uma associação de municípios para reforço da cooperação desenvolvida nos últimos seis anos.



Trata-se das autarquias de Vila Real de Santo António, Fundão, Marinha Grande e Montemor-o-Novo, que foram elevadas à categoria de cidade precisamente na mesma data, a 11 de Março de 1988.

De então para cá, e no âmbito de contactos entre autarcas e técnicos, os quatro municípios têm vindo a desenvolver diversos projectos de cooperação entre si, nomeadamente ao nível da Educação, Cultura e Desporto.

O próximo passo, segundo o presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, António Murta, será o lançamento de bases de cooperação a nível económico e empresarial, tendo em conta que todas as quatro cidades «têm estado sujeitas a grandes mudanças na estrutura económica local devido às transformações dos sectores que dominam as respectivas economias».

Enquanto no Fundão a actividade principal é a indústria têxtil, o vidro tem grande relevância na Marinha Grande, a agricultura é a pedra de toque em Montemor-o-Novo e as conservas dominam a actividade económica de Vila Real de Santo António.

O projecto «A descoberta das quatro cidades», que tem consistido em intercâmbios entre alunos e professores das escolas e visitas de estudo conjuntas, já movimentou cerca de 500 estudantes e 75 docentes de 16 escolas dos quatro municípios.

Outro projecto conjunto tem a ver com o «Festival das quatro cidades» que se realiza todos os anos em Julho e em simultâneo nos municípios participantes e que até ao momento já movimentou cerca de 30 mil pessoas.

Para António Murta, o processo de geminação e cooperação que tem sido protagonizado pelas «Quatro Cidades» é um caso único a nível nacional e mesmo europeu, pelo que «pode ser bastante valorizado com a criação de uma associação de municípios entre si».

CARLOS CÉSAR REELEITO LÍDER

O dirigente do PS Jorge Coelho afirmou-se no dia 12 convencido de que o PS vai ter uma «grande vitória» nas eleições de Outubro para o parlamento açoriano, capaz de impedir uma actuação «desgastante» da oposição.

Ao encerrar o X Congresso do PS/Açores, o coordenador da Comissão Permanente declarou-se disponível para colaborar para a obtenção dessa vitória, considerando que a actividade do actual Governo Regional tem sido posta em causa pelo facto de não dispor de maioria parlamentar. E a oposição só não derrubou o primeiro Executivo socialista em duas décadas de autonomia nos Açores devido à «firmeza» do Governo e ao «receio das urnas».

«Só as urnas fazem parar, muitas vezes, os radicalismos das oposições», sublinhou Jorge Coelho, para quem o PS/Açores, com o seu projecto de abertura à sociedade «está na vanguarda do processo de mudança» da vida política. Carlos César, reeleito líder do PS/Açores, voltou também a apelar a uma «votação em massa» no PS nas regionais, por forma a acabar com as «incertezas» e as dificuldades criadas na actual legislatura em que a oposição detém a maioria dos lugares no parlamento açoriano.

Clarificar equívocos

Nas próximas eleições importa «clarificar equívocos», permitindo que quem for escolhido para governar possa executar o seu programa, não significando isso «pressionar os açorianos», declarou. Garantiu disponibilidade para obter consenso na revisão do sistema eleitoral para a Assembleia Regional, admitindo abdicar de posições do partido para



obtenção de um acordo sobre a matéria. Anunciou, igualmente, como propósitos de um futuro novo Governo Regional socialista, a assinatura de pactos com diversas entidades da sociedade civil nas áreas do crescimento económico, ciência e desenvolvimento, acção social e qualificação profissional e emprego.

Histórico crítica

O líder parlamentar do PS na Assembleia da República considerou sábado à noite a «responsabilidade» como o caminho para a «consolidação das autonomias insulares», rejeitando a «via da chantagem». Ao intervir no X Congresso dos socialistas

dos Açores, Francisco Assis sustentou ser possível «conciliar a autonomia com o diálogo», alegando que ao seguir esta opção o Governo açoriano «reconciliou» o sistema autonómico com o «conjunto do país».

Sindicalismo esquecido

No dia de reabertura do reunião magna do PS/Açores, interrompida em Dezembro devido à queda de uma avião da Sata, o antigo presidente da Câmara de Ponta Delgada, João San-Bento admitiu estar-se perante um «dos congressos mais tristes a que assistiu». Um congresso «pacífico e monótono, sem

contestação», notou este «histórico» socialista, ao estranhar que nos documento em debate faltem referências ao sindicalismo, sendo certo que «algum do dinamismo económico que se vive nas ilhas não é acompanhado do crescimento de rendimentos dos trabalhadores».

Governo existe porque existe o PS

Oitenta por cento das empresas prósperas no arquipélago pagam salários mínimos, adiantou João San-Bento que, numa referência à abertura do partido a independentes disse ser «preciso não esquecer que o Governo existe porque existe o PS».

Câmara Municipal de Lisboa PS e PCP apresentam moção de solidariedade a João Soares

A Câmara Municipal de Lisboa discute hoje uma moção de solidariedade com João Soares proposta pelos dois partidos da coligação no poder: PS e PCP.

Fonte próxima do presidente da autarquia disse à Lusa que a moção - a discutir na sessão que se realizará à porta fechada - condena as acusações de corrupção dirigidas ao político socialista por personalidades do regime angolano.

A mesma fonte adiantou que o texto da moção tem vindo a ser elaborado nos últimos dias pelos vereadores Vasco Franco (PS) e António Abreu (PCP), não resultando, portanto, de declarações proferidas por Manuel Alegre, vice-presidente da Assembleia da República.

No que diz respeito a propostas, a Câmara debate a atribuição de trinta mil contos para a organização de um congresso internacional de educação.



Delegação do Partido visita Pequim, Xangai e Macau PS e PC chinês com contactos regulares

O Partido Socialista e o Partido Comunista chinês vão passar a manter contactos regulares, procurando introduzir maior dinamismo nas relações luso-chinesas. Esta posição foi anunciada na segunda-feira pelo camarada José Lamego, secretário nacional do PS para as Relações Internacionais, durante uma deslocação a Pequim. «O princípio das trocas anuais das visitas entre os dois partidos já está estabelecido», disse José Lamego, que chefiou a delegação do PS, que estará em território chinês até ao final da semana, a convite do Partido Comunista chinês. A delegação dos socialistas inclui os camaradas presidentes das Câmaras da Amadora e do Cartaxo, respectivamente, Joaquim Raposo e José Conde Rodrigues. Além do seu homólogo chinês, Dai Bingguo, José Lamego vai encontrar-se com um membro do Politburo do PC chinês, Jiang Chunyun, que é também vice-presidente da Assembleia Nacional Popular, e com o presidente do Governo municipal de Xangai, Xu Kuangdi. Como afirmou o camarada José Lamego, o Partido Comunista da China «está muito interessado no diálogo» com o PS, cujo secretário-geral, António Guterres, ocupa actualmente a presidência da Internacional Socialista, e na captação de investimento português para o país.

Já em Abril, a convite do PS, uma delegação do PC chinês visitará Portugal com uma comitiva de cerca de 70 empresários da província de Liaoning, noroeste da China. Depois de Pequim e de Xangai, a delegação do PS parte amanhã para Macau, onde deverá encontrar-se com o chefe executivo do território, Edmund Ho.

PS EM MOVIMENTO

FRANÇA

PS apoia Mário Soares

O Secretariado do PS português em França «repudia e condena firmemente as alusões incriminatórias proferidas contra os camaradas Mário Soares e João Soares, por um membro do Governo e um deputado angolanos». Em comunicado do dia 10 de Março, a Federação de França dos socialistas portugueses considera «tais calúnias próprias de um governo estalinista» e solidariza-se «com as declarações do fundador do Partido Socialista sobre as dúvidas de um Estado de Direito em Angola».

Oligarquia angolana vive na opulência

«Uma verdadeira democracia não encarcera jornalistas por delito de opinião, não promove a corrupção generalizada, não deixa o seu povo em míseras condições de vida, enquanto que a oligarquia vive na opulência», refere o comunicado.

A Federação do PS português em França, lamenta «profundamente a brandura das reacções das instituições de esquerda, permitindo à direita portuguesa apresentar-se como arautos da defesa da dignidade de Portugal».

E considera que «os responsáveis da nossa política externa e de cooperação deveriam empenhar-se mais eficazmente na defesa intrínseca dos direitos humanos em qualquer que seja o país que os viole».

«Devem estar mais atentos e serem mais firmes na resposta adequada às incriminações dirigidas a homens superiores de valor impar na recente história da democracia portuguesa», acrescenta o comunicado da Federação de França do PS português.

LEIRIA

PS solidário com Soares

O Secretariado da Federação do PS de Leiria, num comunicado do dia 13, saudou a visita ao distrito do Presidente da República, Jorge Sampaio.

No documento, o PS/Leiria manifestou a sua solidariedade para com os camaradas Mário e João Soares e repudiou «o ataque insultuoso feito por altos responsáveis do Governo angolano e do MPLA».

Por outro lado, os socialistas leirienses felicitaram o primeiro-ministro, camarada António Guterres, «pela forma como tem vindo a conduzir a presidência da União Europeia».

Irresponsáveis acusações do PSD

O PS/Leiria manifestou ainda «profundo repúdio pelas irresponsáveis acusações do PS ao subcoordenador de Saúde da ARS/Leiria».

Segundo o comunicado, tais acusações «colocam em causa a honorabilidade de um homem e dirigente sério e capaz, pelo que o Secretariado da Federação do PS/Leiria vem manifestar, politicamente, a sua total e incondicional solidariedade».

PORTO

Declarações de Coelho

O coordenador da Comissão Permanente do PS, Jorge Coelho, desvalorizou no dia 10 alegados desentendimentos entre membros do Governo, dirigentes socialistas do Porto e o actual presidente da câmara local, Nuno Cardoso.

«São telenovelas para as quais não estou disponível, nem para ser guionista, nem como actor», sublinhou, Jorge Coelho, que se encontrava no Porto na qualidade de ministro do Equipamento Social.

Jorge Coelho falava durante uma visita que efectuou à cidade acompanhado pelos secretários de estado Adjunto e das Obras Públicas, Luís Parreirão, da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda e da Habitação, Leonor Coutinho.

«Estou aqui para tratar de coisas sérias e isso são temas de telenovela e ainda por cima mexicana», acrescentou.

Jorge Coelho foi questionado pelos jornalistas se o objectivo da sua visita ao Porto seria desvalorizar o conteúdo de algumas críticas feitas a actuação do presidente da autarquia, Nuno Cardoso.

Ciclo Uma autarquia para o novo milénio Tema Acessibilidades e transportes

Dia 16 de Março, quinta-feira, 21 horas

Organização Comissão Política Concelhia de Oeiras
Local Auditório da Biblioteca Municipal – Moinho das Antas – Oeiras
Convidados Guilherme Rodrigues, Crisóstomo Teixeira e Luís Pires
Destinatários Autarcas, militantes e público em geral

UISEU

Moção de apoio a Soares

A Assembleia Geral de militantes do PS de Viseu, reunida no passado dia 10, aprovou uma moção de apoio a Mário Soares e a João Soares.

Para os socialistas de Viseu «Mário Soares tem sido, nos últimos tempos, alvo de uma soez campanha difamatória conduzida por indivíduos para quem as ideias de Liberdade Democracia e respeito pelos Direitos Humanos nada representam.

Se é verdade que o alto prestígio nacional e internacional que Mário Soares conquistou tornam ridículas as calúnias proferidas, cremos que, apesar disso, se sente justamente triste e magoado.

Não podem, pois, os socialistas de Viseu, reunidos em Assembleia Geral de Militantes, deixar de lhe exprimir toda a sua solidariedade, com total repúdio de manobras que mais não visam que desviar a atenção do sofrimento do Povo Irmão Mártir de Angola e que por si foi denunciado com a coragem e coerência a que nos habituou, num direito à liberdade de opinião indissociável da Democracia.

Em Portugal há muito que acabaram os tempos em que eram amordaçadas as vozes discordantes. Por esse facto reconhecemos a Mário Soares todo o direito de, à semelhança das difíceis posições que então tomou, continuar na defesa da dignidade do Homem, solidário numa luta que ultrapassando fronteiras sempre defendeu e a que ninguém pode ficar alheio.

Os socialistas de Viseu querem ainda afirmar o enorme orgulho que sentem em considerar Mário Soares um nosso camarada, a quem a Liberdade, a Democracia, o Partido e Portugal muito devem.

Os socialistas de Viseu estão também solidários com o camarada João Soares, cujo passado de luta pela liberdade igualmente nos merece respeito e consideração».

COMUNICADO DA COMISSÃO PERMANENTE DO PS

A Liberdade de expressão e de opinião é um direito pelo qual o PS sempre se bateu. É em prol da defesa desse direito que o PS repudia as acusações caluniosas que dirigentes angolanos têm feito a Mário Soares e João Soares.

As primeiras acusações caluniosas tiveram de imediato uma resposta do Governo, do secretário-geral do PS, do Grupo Parlamentar do PS na AR e no Parlamento Europeu e do secretário das Relações Internacionais do PS.

Apesar dos apelos do Presidente da República e do primeiro-ministro para as autoridades angolanas envidarem esforços para evitarem a repetição deste tipo de episódios, as calúnias não só se acentuaram como alastraram a outras fontes oficiais e oficiosas.

Faça a esta situação, o PS manifesta:

1. Total e incondicional solidariedade com Mário Soares e João Soares.
2. O completo e total repúdio pelas afirmações que foram proferidas por um membro do Governo de Angola contra estas duas altas personalidades portuguesas, referências centrais do PS, da luta pela a democracia e pela a liberdade, imputações de enorme gravidade que revestem uma carácter inaceitavelmente calunioso.
3. A condenação pela utilização de métodos de combate político que nada têm a ver com a Democracia e Liberdade de opinião.
4. Afirmar claramente e solenemente ao MPLA que o PS não aceita que divergências políticas sejam tratadas na base de calúnias pessoais e que tal situação a não ser corrigida afectará irremediavelmente as relações entre os dois partidos.

O PS apoia todas as iniciativas que o Governo português desencadeou junto das autoridades da República de Angola. O PS e o Governo têm posições convergentes.

A forma e os meios para desencadear essas iniciativas é que são diferentes. Uma coisa é a relação entre Estados, outra situação, bem diferente é a cooperação entre partidos. Num Estado de Direito não se devem confundir o governo e o partido que o apoia.

O PS apela, veementemente, ao MPLA e às autoridades angolanas a tudo procedam para que estes lamentáveis episódios não se repitam e que as amistosas relações entre os dois estados possam prosseguir em torno dos valores da paz e do desenvolvimento, na base do respeito mútuo e de consideração recíproca.

Por fim, o PS saúda as manifestações de condenação da atitude de responsáveis angolanos, posições essas assumidas quer por outras organizações políticas quer por personalidades, as mais variadas, da vida pública nacional.

Jorge Coelho
Coordenador da Comissão Permanente



REFLEXÃO SOBRE ANGOLA

O final do meu último artigo, inserido nesta mesma coluna, referi a intervenção que fiz no Parlamento Europeu, no debate que precedeu a aprovação da resolução condenatória do Governo de Angola, a propósito das prisões de alguns jornalistas e dos entraves opostos ao exercício da liberdade de informação de que eles são vítimas, com referência especial ao caso de Rafael Marques. A resolução do Parlamento Europeu foi da iniciativa conjunta de vários grupos parlamentares e a sua aprovação foi consensual.

Na semana seguinte, voltei a usar da palavra no Parlamento Europeu, desta vez em Bruxelas e não em Estrasburgo, reclamando um auxílio extenso e imediato - da comunidade internacional e da União Europeia, em especial - para Moçambique, atingido por uma calamidade natural de que não havia memória naquele país.

Significativamente, apesar da gravidade imensa da situação de Moçambique - que merece a nossa total solidariedade, como povo-irmão - só a primeira intervenção suscitou comentários e ainda (como se sabe) os ataques sórdidos dos que se sentiram atingidos, ataques que foram, geralmente, considerados intoleráveis, tanto pela sua absoluta falta de fundamento como pela sua baixez. Passo sobre eles: não ofende quem quer. Significam, no entanto, que toquei num ponto ultra-sensível, crucial mesmo. O que me obriga agora a aprofundar um pouco mais o tema e a fazer, serenamente, algumas reflexões suplementares sobre a situação que se vive em Angola. Entendam-se como uma modesta contribuição, que se pretende isenta, para um debate, que mais tarde ou mais cedo terá de ser feito - porque é urgentíssimo, sobretudo para aqueles que amam Angola, porque são angolanos ou porque se sentem irmãos e solidários com o seu povo mártir. É o meu caso.

Não vou invocar o passado. As defesas que fiz, no tempo do colonialismo, de militantes do MPLA presos e julgados no Tribunal Plenário de Lisboa, bem como a solidariedade concreta que sempre manifestei, por actos e por palavras, aos movimentos independentistas contra a dominação colonialista da ditadura. A história é conhecida e a memória persiste nos que a viveram. Está, de resto, nos antipodas dos meus propósitos puxar agora por qualquer tipo de galões. Não são minimamente necessários.

Direi tão-só que logo a seguir ao 25 de Abril, ainda não era sequer ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório - em 2 de Maio - na ronda que fiz a pedido do general Spínola para obter o reconhecimento da «Revolução dos Cravos», procurei, em Bruxelas, Agostinho Neto para lhe comunicar a minha visão do que se iria passar em Portugal e o ouvir sobre Angola e a maneira mais rápida e eficaz de chegarmos à paz. Depois disso, fui um dos obreiros e signatários dos Acordos de Alvor, que, se

infelizmente não trouxeram - como se desejava e talvez tivesse sido possível, noutras circunstâncias internacionais - a paz a Angola, pelo menos lhe conferiram a independência «de jure».

Desde então, como responsável político português, no Governo ou na oposição, fui acompanhando a desastrosa evolução política de Angola, marcada pelas intervenções estrangeiras de cubanos e sul-africanos e tendo como pano de fundo o conflito soviético-americano. Pela minha parte, fiz um esforço permanente de isenção, de contenção e de distanciamento, mas sempre, em todas as circunstâncias, me manifestei solidário com o Povo de Angola - o verdadeiro protagonista e mártir dessa história tão triste. Sempre o reconheceram assim os meus amigos Mário e Joaquim Pinto de Andrade (fundadores do MPLA) e personalidades como Gentil Viana ou Adolfo Maria, que tanto admiro, para só citar aqueles que estiveram verdadeiramente na origem do MPLA. Não será necessário referir as autoridades religiosas angolanas e a própria Conferência Episcopal, que teve a honra de receber por diversas vezes e com a qual me tenho sempre mantido em contacto.

A história é longa, complexa, contraditória e está em grande parte por fazer. Houve mudanças de campo significativas e reviravoltas inesperadas. Perfídias, assassinios vis, massacres, de uma parte e de outra, lutas sórdidas pelo poder, pelo controlo das riquezas do país, violências sem conta e o afivelar fácil de máscaras de democratas por quem nem sequer sabe o que a palavra significa. Mais uma vez: de todos os lados!

Um dia - não tenho dúvida - será conhecida em pormenor essa história de permanente turbulência. E aí estão agora as novas gerações de angolanos - tanto os da diáspora como os do interior - a reclamar a paz, o respeito pelos direitos humanos, querendo viver num país livre, pacificamente, o que é um direito que incontestavelmente lhes assiste. Procuram afirmar-se, para além dos partidos em guerra e indiferentes aos designios belicistas das duas partes, por via pacífica, com uma coragem e um idealismo cívico exemplares. Veja-se - por todos - a corajosíssima entrevista que deu ao «Público», no dia 7 do corrente, o tão ameaçado e vilipendiado jornalista independente Rafael Marques! Confesso que os admiro e que os ajudo, sempre que posso - e posso muito pouco, infelizmente. São uma luz de esperança e representam, seguramente, o futuro. É isto um crime de ingerência?

Temos, «de jure» e «de facto» uma Comunidade Lusófona, a CPLP. Aqueles que nela acreditam - como é o meu caso - entendem que nada do que se passa nos países soberanos que a constituem lhes deve ser indiferente. Mormente em matéria de direitos humanos, que deverá ser o cimento da solidariedade que nos liga. Mário de Andrade, quando fundou a Conferência das Organizações Nacionalistas das

Colónias Portuguesas - onde isso vai -, tinha essa mesma visão, que foi seguida por todos os combatentes lusófonos anticolonialistas. Por isso os portugueses que combatiam a ditadura e o colonialismo eram considerados irmãos, aliados objectivos no mesmo combate - como então se dizia. Por isso ainda, mais tarde, Mário de Andrade, angolano de Angola, não desdenhou ser ministro da Cultura do governo soberano da Guiné. A todos os lusófonos pareceu natural essa circunstância. Por isso, ainda, Amílcar Cabral dizia com perfeita naturalidade e sem complexos - cito de cor - «mais do que falar português, todos nós pensamos em português».

Voltemos à guerra. Angola está em guerra há 40 anos, 13 dos quais foram contra o colonialismo português. Depois dos Acordos de Alvor, vieram os acordos de Bicesse e, mais recentemente, os de Lusaka. Falharam todos - temos, infelizmente, que o reconhecer.

Pergunta-se agora: é possível chegar à paz pelo esmagamento do adversário ou pela liquidação física do «inimigo». Savimbi, a própria encarnação do mal, para as autoridades de Luanda? Sinceramente, não creio. Por duas razões: porque tão depressa nos dizem que a UNITA está «liquidada» e Savimbi, acossado, errante nas matas, como depois nos informam de que a UNITA ficou «fragilizada» após a última ofensiva; e porque estamos a assistir, gradualmente, à transformação de uma guerra de posições numa guerra de guerrilha, infundável, generalizada, ao que parece, a todas as províncias de Angola à excepção de duas. O que representa uma situação muito grave, pior do que aquela que se viveu até agora. É possível pôr termo à guerra?, perguntar-se-á. Atrevo-me a responder: sim, apoiando-me em repetidas homilias da Igreja angolana e nas análises objectivas dos jovens angolanos, agrupados ou não no «Fórum Angolano». Mas ainda que a resposta não fosse essa, o nosso dever - como amigos do Povo angolano - era o de lutar incansavelmente pela paz. Para minorar os sofrimentos do Povo.

Ora, como se sabe, a prevenção e a mediação dos conflitos, para se obter a paz, é hoje uma preocupação dominante no mundo. Em toda a parte onde há conflitos. Porque haveremos de considerar Angola uma excepção e cobrir a sua população, tão esquecida e infeliz, há 40 anos de guerra, com uma cortina de silêncio e de indiferença, para que os negócios continuem a prosperar?

Direi, para terminar, que o conflito de Angola, a meu ver, tem causas internas - a luta infrene pelo poder, com raiz porventura em velhos antagonismos; e causas externas, a falta de consensualidade entre as potências, legitimamente interessadas em Angola. É hoje, para além disso, um conflito que transcende Angola. Surge-nos indistinguivelmente enredado nos conflitos que têm vindo a generalizar-se a grande parte da África Austral: Congo-Brazzaville,

Congo-Zaire, Ruanda, Burundi, Zâmbia, Zimbabwe, Namíbia. É uma circunstância agravante que, para se resolver, exige uma certa consensualidade entre os países com interesses legítimos na região: Estados Unidos, União Europeia, designadamente Portugal, África do Sul, Brasil - entre outros. Por isso, co-organizei há meses uma Conferência Internacional, no Porto, intitulada «Os novos dados geopolíticos na África Austral, nos Congos e na Região dos Grandes Lagos». Estiveram presentes universitários, cientistas, políticos, especialistas da África Austral, vindos dos Estados Unidos, da França, do Reino Unido, da África do Sul, de Angola, de Moçambique, dos Congos, de Portugal, bem como diversas autoridades espirituais ligadas às igrejas da região. Foi um debate cheio de conteúdo e onde surgiram ideias que, se trabalhadas, poderão vir a ser fecundas. Curiosamente, entre os angolanos presentes, havia simpatizantes do MPLA, da UNITA e alguns outros independentes. Puderam conviver e dialogar, no Porto, pacificamente, em plena liberdade de palavra, sem problemas, com o sentimento de que aquilo que os divide - é e é bastante, necessariamente - é muito menos do que aquilo que os une, pelo simples facto de pertencerem à mesma Pátria e falarem a mesma língua. Perceberam que a convivência é possível - e até se torna fácil - se todos aceitarem a regra elementar do respeito pelo outro e pelo que é diferente.

Ora, quando há um conflito, como se sabe, o caminho mais fácil - e mais distante da paz - é o da difamação e do denegrimento do outro. É pena. Muita pena. Porque, ou me engano muito, e é sempre possível a gente enganar-se em tais matérias, ou em Angola está a soar a hora da paz. A sociedade civil está exausta. Os estragos da guerra são avultadíssimos, imensos, insuportáveis. Os próprios militares, mesmo os que se consideram vencedores, começam a pensar que fizeram o que lhes foi pedido. E que agora - pensam, seguramente - compete ao poder político dar o passo seguinte e assegurar a paz. Se nada se passar, porém, a situação tornar-se-á inviável, fatal para os dois senhores da guerra, que justicam a sua acção pela existência do outro. Deixarão de fazer sentido? É muito possível. Não compreenderão, enquanto é tempo, que os verdadeiros amigos de Angola são os que têm a coragem de dizer a verdade, mesmo quando incómoda?

P.S. - Depois de ter feito este artigo, a escalada das acusações e das ameaças, vindas de Angola, contra «a família Soares» e contra mim aumentou exponencialmente, por forma demencial. Felizmente os portugueses conhecem-nos. A nossa vida é transparente e pública. Os métodos e a falta de escrúpulos dos que mandam em Angola também são conhecidos. É incómodo dizer a verdade? Pois é! Mas, como diz o nosso Povo, «quem não deve não teme».

In «Expresso»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Pesca desportiva em Albufeira

As cerâmicas de Nuno Miguel Neto estarão em exibição até ao dia 18, na Galeria Municipal.

Um dia depois, domingo, realizar-se-á, da Praia dos Salgado até à Praia das Belharucas, o Concurso de Pesca BVA.

As comemorações do Dia Mundial do Teatro começam sábado, às 12 e 30, no Auditório Municipal com a peça «Um Problema de Carícias numa Vernissage», a cargo da Gaveta – Associação Cultural e Pesquisa Teatral.

Na quarta-feira, dia 22, à mesma hora e no mesmo local, a Companhia de Teatro de Almada leva à cena «Viagens na Minha Terra», de Almeida Garrett.

Teatro em Amarante

A peça de Gil Vicente, «Auto da Índia» será representada, hoje, a partir das 21 e 30, no Cinema Teixeira de Pascoaes, pela Filandorra-Teatro do Nordeste. O espectáculo, previamente encenado para a população estudantil do concelho, fica acessível agora ao público em geral.

Dança em Coimbra

O Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) foi reservado, hoje, a partir das 21 e 45, para a apresentação do espectáculo de dança «Miss Liberty», com coreografia e cenografia de Mónica Lapa.

O ciclo de cinema «Pelos Margens Desta Europa» prossegue, domingo e na segunda-feira, às 18 horas e às 21 e 45, no TAGV, com as fitas de António Ferreira, «Respirar (debaixo d'água)»; e de Jacinto Lucas Pires, «Cineamor».

«América Proibida», um filme assinado por Tony Kaye, assinalará, no TAGV, o Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, na terça-feira, dia 21, pelas 21 horas. A exibição da película seguir-se-á um debate sobre o mesmo tema.

As comemorações do Dia Mundial do Teatro arrancam na próxima quarta-feira, às 21 e 45, com a apresentação, no TAGV, da peça «Peter Pan», pela Companhia do Teatro Negro de Praga.

Seminário em Fafe

No Estúdio Fénix veja, este fim-de-semana, o épico «Joana D'Arc».

Na próxima terça-feira, dia 21, pelas 9 horas, decorrerá, no Auditório da Casa Municipal da Cultura, o seminário «O Carvalho da Nossa Região», um evento que contará com a presença e participação dos dois melhores ecológos portugueses.

Um dia depois a Piscina Municipal será palco do convívio de natação «Uma Manhã a Nadar» (desporto escolar) promovido especialmente para os alunos do 2º e 3º

ciclos e Escola Secundária. Também quarta-feira poderá ver o filme de Michelangelo Antonioni, «Blow Up», no Auditório Municipal, às 21 e 45, numa exibição do Cineclub.

Música em Faro

O filme «Sleepy Hollow» («A Lenda do Cavaleiro Sem Cabeça – na versão portuguesa), nomeado para três Oscars da Academia poderá ser apreciado, a partir de amanhã e até à próxima quinta-feira, dia 23, no Cinema Santo António.

No Cinema City Golden, para o mesmo período, será exibida a película de David Russell, com George Clooney e Mark Wahlberg, «Três Reis».

O Ensemble de Guitarras da Fundação Pedro Ruivo apresenta-se no Conservatório, este sábado, dia 18, pelas 21 e 30.

Na quarta-feira, dia 22, o grupo Vá-de-Viró actua na Escola EB 2/3 – D. Afonso III, às 21 e 30.

As pinturas de Luís Dourcil estão patentes ao público, na Galeria Municipal Trem, até ao dia 7 de Abril.

Poética em Guimarães

Hoje, assista à exibição, no Auditório Municipal da Universidade do Minho, de «Sol Enganador», uma fita de Nikita Mikhalkov.

Amanhã, no Bar do Convívio – Associação Cultural e Recreativa, não perca o recital poético musical «Colectivo Silêncio da Gaveta», com leituras de João Rios, percussões de Rock Pires e viola e acordeão de José Peixoto

Camanê actuará, no dia 17, a partir das 22 horas, nos Paços dos Duques de Bragança num espectáculo de fado inserido no âmbito do Festival de Inverno.

No sábado, no mesmo local e horário, será a vez de ver e ouvir, «Corvos Visitam Xutos», um evento musical a cargo do agrupamento de cordas Corvos.

Cinema em Lisboa

A semana é de estreias cinematográficas. Ao todo são cinco fitas debutantes quando faltam já poucos dias para a noite mais esperada de Hollywood – a da entrega dos Óscares da Academia.

Assim, poderá ver a partir de amanhã, em cartaz, os filmes «Três Reis», de David Russell; «Reindeer Games», de John Frankenheimer; ««Playing By Heart», de Willard Carroll; «Boys Don't Cry», de Kimberly Peirce; e «Vida Interrompida», de James Mangold.

O virtuoso guitarrista Steve Vai, que já acompanhou Frank Zappa, estreia-se em Portugal na Aula Magna, na terça-feira, dia 21.

Dentro do programa da Semana da Juventude, o Teatro Taborda tem representações todos os dias, de 21 a 31 deste mês, com peças como «Ele e Ela»,

de Joaquim Guerreiro; «Simbiose», de Miguel Mestre; ou «Black Comedy», de César Alagoa.

Arte-Sacra em Óbidos

Encontra-se patente ao público, até ao dia 23 de Abril, no Solar da Praça de Santa Maria, uma mostra de arte-sacra intitulada «Dominus».

Memórias em Portimão

A exposição Museu Aberto do Descobrimento – Brasil, 500 Anos de Memória» poder ser visitada, até 8 de Abril, na Antiga Fábrica de Conservas Feu, de segunda a sexta-feira, das 9 e 30 às 12 e 30 e das 14 e 30 às 20 horas.

A mostra também está aberta ao público ao fim-de-semana, entre as 16 e as 19 horas.

Conferência no Porto

Inserido no Ciclo de Conferências «Música do Século XX – Balanços Parciais», decorre, domingo, dia 19, a partir das 17 horas, na Sala Multiusos do Auditório Serralves, o encontro «O Fim das Música», a cargo de Paulo Ferreira de Castro.

Cultura africana em Sintra

A VIII Mostra de Teatro das Escolas é inaugurada sábado, dia 18, prolongando-se até ao final do mês.

As «Semanas Escolares Africanas» decorrem até 7 de Abril em quatro escolas do concelho.

Do programa desta iniciativa destaca-se a realização de ateliers de pintura, olaria, dança, teatro, conto africano, exposição de artesanato, culminando cada semana com a confecção de pratos típicos africanos e espectáculos.

Assim, até amanhã, as «Semanas Africanas» decorrem na Escola Básica 2, 3 Professor Augusto da Silva.

A partir de segunda-feira, o contacto com a cultura africana será incentivado na Escola Básica 1 n.º 1 de Casal de Cambra.

Companhia Nacional de Bailado

Balanchine/Stravinsky
«AGON»

Balanchine/Stravinsky
«APOLLO»

Forsythe/Willems
«IN THE MIDDLE
SOMEWHAT ELEVATED»

Março
16, 17, 18, 24 e 25 – 21h30
19 e 26 – 16h30

Teatro Camões Parque das Nações

SUGESTÃO

«15 X 15»

O melhor do património cinematográfico europeu estará, a partir de hoje e até ao dia 23, no Pequeno Auditório do Rivoli (Porto), no âmbito do Ciclo «15 x 15».

Trata-se de um mostra de Sétima Arte baseada na escolha de 15 cineastas europeus. Cada um destes autores escolheu uma longa-metragem sonora como melhor representante do cinema feito no seu respectivo país, encetando uma viagem por meio século de cinema europeu.

No caso português foi óbvia a escolha de Manoel de Oliveira, assim como a opção deste realizador pelo filme «Verdes Anos», de Paulo Rocha, em exibição, hoje, às 21 e 30.

No cartaz do Rivoli estarão «Só Uma Mãe», do sueco Alf Sjöberg (6ª 17, 18h); «Um Homem Perdido», do alemão Peter Lorre (6ª 17, 21h30); «O Ocre de Atenas», do grego Nikos Koundouros (sáb. 18, 18h); «O Homem da Cabeça Rapada», do belga André Delvaux (sáb. 18, 21h30);

«Oito Tiros Mortais», do finlandês Mikko Niskanen (dom. 19, 18h); «Angela», do irlandês Neil Jordan (dom. 19, 21h30); «Traços de Fumo», do holandês Franz van de Staak (2ª 20, 18h); «As Legiões de Cleópatra», do italiano Vittorio Cottafavi (2ª 20, 21h30); «O Bom e o Mau», do dinamarquês Jorgen Leth (3ª 21, 18h); «Uma Questão de Vida ou de Morte», dos britânicos Michael Powell e Emeric Pressburger (3ª 21, 21h30); «The Troublemaker», do luxemburguês Andy Baush (4ª 22, 18h); «Plácido», do espanhol Luis García Berlinga (4ª 22, 21h30); «Céu ou Inferno», do austríaco Wolfgang Murnberger; e «La Dame D'Onze Heures», do francês Jean Devaivre (5ª 23, 18h).

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Ilha do Príncipe

*A ilha te fala
de rosas bravias
com pétalas
de abandono e medo.*

*No fundo da sombra
bebendo por conchas
de vermelha espuma
que mundos de gentes
por entre cortinas
espessas de dor.*

*Oh, a tarde clara
deste fim de Inverno!
Só com horas azuis
no fundo do casulo,
e agora a ilha,
a linha bravía das rosas
e a grande baba negra
e mortal das cobras.*

Maria Manuela Margarido



O PIDDAC E O ORÇAMENTO

O debate parlamentar deste Orçamento de Estado evidenciou posições bastante diferenciadas dos Grupos Parlamentares face à proposta para o ano 2000. O PCP e o PSD, continuando um com o síndrome pré-congressual e o outro com sintoma post-congressual, manifestaram desde cedo a sua oposição à proposta do Orçamento. Com essa atitude, procuraram calar o seu eleitorado e tranquilizar as suas clientelas. Em qualquer caso, perderam margem de manobra para aprovação de propostas na especialidade. O que não os dispensou de as apresentarem. O Grupo Parlamentar do PCP apresentou várias centenas de alterações dos projectos do PIDDAC, configurando a sua eventual aprovação uma completa reformulação do PIDDAC. Não seria mais o PIDDAC preparado pelo Governo da República, com o apoio dos Serviços e da

Administração Pública, mas sim o PIDDAC determinado pelo PCP, em favor dos seus interesses partidários e das suas estratégias eleitorais. Os deputados do PSD apresentaram um elevadíssimo número de propostas de alteração ao PIDDAC, sem acompanhamento e adequado apoio, para não dizer desinteresse, da Direcção do Grupo Parlamentar do PSD. Tratou-se de um ensaio, em tom menor, de uma estratégia similar à do PCP, concretizada com menor brilho. O PIDDAC sofreu um número razoável de alterações, essencialmente provenientes de deputados socialistas e de deputados do PP. Visou-se melhorar e aperfeiçoar a proposta de PIDDAC, objectivando-a e adequando-a melhor aos objectivos e à estratégia de desenvolvimento económico e social constantes das Grandes Opções do Plano e da proposta de Orçamento de Estado para o ano 2000. Em qualquer caso, interessa sublinhar que o conjunto do PIDDAC chega a

1.120 milhões de contos, o maior valor de sempre. Mas este Orçamento contempla ainda na integração das diferentes medidas que propôs, a consolidação dos sectores mais competitivos da economia portuguesa e o reforço da sua internacionalização. Como mantém as condições para a continuação da subida dos salários reais e garante a concretização das medidas de solidariedade social. O Orçamento, na sua versão definitiva, já votada e aprovada, integrou claros aumentos de pensões e aperfeiçoamento de disposições na área fiscal, da justiça e das finanças locais. Mas significa e contempla também este Orçamento um passo na evolução da política económica cada vez mais adaptada às novas realidades e circunstâncias, com a economia portuguesa inserida no espaço do EURO e procurando-se garantir o desenvolvimento de Portugal e o bem estar dos portugueses.

«Não esqueço a colaboração de Savimbi com a PIDE, a sua duplicidade, a sua sistemática violação de todos os acordos, a não aceitação dos resultados eleitorais, as suas enormes responsabilidades na tragédia de Angola»

Manuel Alegre
Expresso, 11 de Março

«Este MPLA nada tem a ver com o projecto inicial»
Idem, ibidem

«Fazem-se grandes fortunas, mas Angola tem a mais alta taxa de mortalidade infantil do mundo»
Idem, ibidem

«Apesar das suas riquezas, (Angola) está em 156º lugar entre 174 países, no que respeita aos índices de desenvolvimento. Porquê? Dá que pensar»
Idem, ibidem

«Nos tempos que vivemos (o PS) é um bom instrumento para a Esquerda»
José Luís Judas
DNA, 11 de Março

«O PS é um partido com valores de Esquerda mas que não tem uma política claramente de Esquerda»
Idem, ibidem

«O PREC foi um período de bebedeira colectiva, uma coisa notável, que só conhecíamos dos livros, da Revolução Francesa»
Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz